Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 6

Demonstração do Resultado 9

Demonstração do Resultado Abrangente 11

Demonstração do Fluxo de Caixa 12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 14

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 15

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 19

Balanço Patrimonial Passivo 20

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Resultado Abrangente 23

Demonstração do Fluxo de Caixa 24

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 26

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 27

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013 28

Demonstração do Valor Adicionado 29

Relatório da Administração 30

Notas Explicativas 35

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 140

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 142

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 144

Índice

Motivos de Reapresentação 146

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	82.796.043
Preferenciais	82.095.379
Total	164.891.422
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	5.127.842
Total	5.127.842

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2015	Ordinária		0,40201
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	10/08/2015	Preferencial		0,40201
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	11/02/2016	Ordinária		0,46300
Reunião do Conselho de Administração	28/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	11/02/2016	Preferencial		0,46300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	23.963.377	20.734.470	17.259.556
1.01	Ativo Circulante	17.519.943	14.355.224	12.038.859
1.01.01	Disponibilidades	46.655	51.687	175.347
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.776.592	3.599.383	2.403.404
1.01.02.01	Aplicações no mercado aberto	4.433.494	2.374.357	584.011
1.01.02.02	Aplicações em depósitos interfinanceiros	397.353	436.955	535.345
1.01.02.03	Aplicações em moedas estrangeiras	945.745	788.071	1.284.048
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.769.019	2.491.840	1.606.688
1.01.03.01	Carteira própria	3.103.643	2.266.632	1.102.870
1.01.03.02	Vinculados a compromisso de recompra	4.361	2.105	83.117
1.01.03.03	Vinculados a prestação de garantias	54.211	74.140	298.337
1.01.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	606.804	148.963	122.364
1.01.04	Relações Interfinanceiras	210	51.050	62.548
1.01.04.01	Pagamentos e recebimentos a liquidar	84	0	0
1.01.04.02	Repasses interfinanceiros	0	49.770	59.446
1.01.04.03	Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central	126	1.280	3.102
1.01.06	Operações de Crédito	6.315.378	6.149.876	5.329.990
1.01.06.01	Setor público	63.142	61.589	128.289
1.01.06.02	Setor privado	6.413.158	6.204.892	5.314.050
1.01.06.03	Vinculadas às cessões	5.352	30.792	0
1.01.06.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-166.274	-147.397	-112.349
1.01.08	Outros Créditos	1.572.533	1.992.213	2.434.866
1.01.08.01	Carteira de câmbio	694.218	1.321.369	1.858.846
1.01.08.02	Rendas a receber	9.366	8.590	10.639
1.01.08.03	Negociação e intermediação de valores	220.823	64.285	56.297
1.01.08.04	Creditos por avais e fianças honrados	23.746	5.318	0
1.01.08.05	Diversos	649.705	614.754	524.348
1.01.08.06	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-25.325	-22.103	-15.264
1.01.09	Outros Valores e Bens	39.556	19.175	26.016

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.01.09.01	Despesas antecipadas	2.774	4.856	2.981
1.01.09.02	Outros valores e bens	36.782	14.319	23.035
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.227.994	6.190.617	5.052.334
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.941	0	0
1.02.01.01	Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.941	0	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.626.439	1.640.817	1.223.032
1.02.02.01	Carteira própria	705.334	583.247	463.704
1.02.02.02	Vinculados a prestação de garantias	668.100	664.841	465.600
1.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	253.005	392.729	293.728
1.02.05	Operações de Crédito	4.303.774	4.040.022	3.643.620
1.02.05.01	Setor público	36.000	0	0
1.02.05.02	Setor privado	4.356.506	4.090.088	3.704.935
1.02.05.03	Vinculadas às cessões	0	4.621	0
1.02.05.04	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-88.732	-54.687	-61.315
1.02.07	Outros Créditos	288.735	507.474	183.417
1.02.07.01	Carteira de câmbio	0	244.305	0
1.02.07.02	Rendas a receber	1.500	1.877	4.705
1.02.07.04	Diversos	345.747	265.249	189.531
1.02.07.05	Provisão p/ cred. de liquid. duvidosa	-58.512	-3.957	-10.819
1.02.08	Outros Valores e Bens	6.105	2.304	2.265
1.02.08.01	Despesas antecipadas	6.105	2.304	1.223
1.02.08.03	Investimentos temporários	0	0	1.042
1.03	Ativo Permanente	215.440	188.629	168.363
1.03.01	Investimentos	171.185	158.111	147.037
1.03.01.02	Participações em Controladas	170.571	157.759	146.685
1.03.01.04	Outros Investimentos	614	352	352
1.03.02	Imobilizado de Uso	29.770	18.280	12.967
1.03.02.01	Outras imobilizações de uso	44.927	35.957	26.931
1.03.02.02	Depreciações acumuladas	-15.157	-17.677	-13.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.03.04	Intangível	14.485	12.238	8.330
1.03.04.01	Ativos intangíveis	31.255	25.326	18.950
1.03.04.02	Amortizações acumuladas	-16.770	-13.088	-10.620
1.03.05	Diferido	0	0	29
1.03.05.01	Gastos de organização e expansão	0	0	4.390
1.03.05.02	Amortizações acumuladas	0	0	-4.361

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	23.963.377	20.734.470	17.259.556
2.01	Passivo Circulante	14.917.993	13.015.456	10.754.056
2.01.01	Depósitos	4.298.289	4.231.140	3.391.715
2.01.01.01	Depósitos a vista	70.312	83.219	42.547
2.01.01.02	Depósitos interfinanceiros	318.605	446.125	419.122
2.01.01.03	Depósitos a prazo	3.909.372	3.701.796	2.930.046
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	67.198	25.070	112.496
2.01.02.01	Carteira própria	4.351	2.098	0
2.01.02.02	Carteira de livre movimentação	62.847	22.972	112.496
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	3.416.371	3.619.095	2.057.402
2.01.03.01	Obrigações p/ títulos e valores mobiliários no exterior	138.218	0	4.892
2.01.03.02	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	3.276.873	3.618.695	2.052.510
2.01.03.03	Certificados de operações estruturadas	1.280	400	0
2.01.05	Relações Interdependências	18.530	13.644	27.544
2.01.05.01	Recursos em trânsito de terceiros	18.530	13.644	27.544
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	3.588.516	2.733.065	2.473.423
2.01.06.02	Empréstimos no exterior	3.588.516	2.733.065	2.473.423
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	985.412	914.266	778.958
2.01.07.01	BNDES	588.882	507.420	414.171
2.01.07.02	FINAME	271.370	326.936	333.403
2.01.07.03	Outras instituições	125.160	79.910	31.384
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	667.628	133.802	0
2.01.09	Outras Obrigações	1.876.049	1.345.374	1.912.518
2.01.09.01	Carteira de câmbio	579.453	820.124	1.514.860
2.01.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	752.762	206.876	142.488
2.01.09.03	Sociais e estatutárias	63.469	50.121	54.763
2.01.09.04	Fiscais e previdenciárias	186.102	74.522	110.147
2.01.09.05	Negociação e intermediação de valores	141.210	71.435	12.183
2.01.09.06	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.346	1.024	336

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.01.09.07	Dívidas subordinadas	60.292	19.058	16.808
2.01.09.08	Diversas	89.415	102.214	60.933
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	6.506.151	5.503.548	4.573.465
2.02.01	Depósitos	296.942	563.694	170.817
2.02.01.01	Depósitos a prazo	296.347	557.740	157.712
2.02.01.02	Depósitos interfinanceiros	595	5.954	13.105
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.640.821	1.672.426	1.697.318
2.02.03.01	Rec. de letras imob, hip, cred e similar	1.640.821	1.455.305	1.472.118
2.02.03.02	Obrigações p/ títulos e valores mobiliários no exterior	0	217.121	225.200
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	783.027	0	0
2.02.06.01	Empréstimos no exterior	783.027	0	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.214.562	1.315.601	1.564.803
2.02.07.01	BNDES	581.803	517.274	621.125
2.02.07.02	FINAME	614.809	786.349	935.393
2.02.07.03	Outras instituições	17.950	11.978	8.285
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	705.062	212.448	0
2.02.09	Outras Obrigações	1.865.737	1.739.379	1.140.527
2.02.09.01	Carteira de câmbio	0	265.560	0
2.02.09.02	Instrumentos financeiros derivativos	70.045	28.731	20.173
2.02.09.03	Sociais e estatutárias	315	315	315
2.02.09.04	Fiscais e previdenciárias	135.719	134.380	83.723
2.02.09.05	Dívidas subordinadas	1.627.433	1.232.860	1.034.176
2.02.09.06	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	24.429	67.106	0
2.02.09.07	Diversas	7.796	10.427	2.140
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	29.574	26.921	30.009
2.05	Patrimônio Líquido	2.509.659	2.188.545	1.902.026
2.05.01	Capital Social Realizado	1.980.139	1.191.586	1.113.920
2.05.01.01	De domiciliados no País	323.916	518.355	487.257
2.05.01.02	De domiciliados no exterior	1.656.223	673.231	626.663

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.05.02	Reservas de Capital	27.013	20.939	11.739
2.05.04	Reservas de Lucro	513.465	979.668	779.001
2.05.04.01	Legal	122.204	103.658	88.126
2.05.04.02	Estatutária	444.583	921.178	723.951
2.05.04.02.01	Equalização de dividendos	389.583	866.178	668.951
2.05.04.02.02	Recompra de ações da própria cia	55.000	55.000	55.000
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-53.322	-45.168	-33.076
2.05.04.07.01	Ações em tesouraria	-53.322	-45.168	-33.076
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-10.958	-3.648	-2.634
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-10.958	-3.648	-2.634

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	3.734.237	2.029.034	1.543.484
3.01.01	Operações de crédito	1.515.386	1.132.045	977.797
3.01.02	Resultado de oper. c/ tits. e vls. mob.	1.093.639	594.763	315.053
3.01.03	Resultado c/ instr. financ. derivativos	1.149.716	192.671	101.738
3.01.04	Resultado de opers. de câmbio	-34.350	79.900	122.890
3.01.06	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	9.846	29.655	26.006
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-3.667.285	-1.577.650	-1.132.116
3.02.01	Operações de captação no mercado	-1.611.014	-1.012.112	-657.622
3.02.02	Operações de emprest. e repasses	-1.834.267	-469.375	-381.665
3.02.03	Prov p/ cred liq duvidosa	-218.593	-94.800	-92.753
3.02.04	Prov p/ cred liq duvidosa vc sobre cambio	-107	-537	-76
3.02.05	Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-3.304	-826	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	66.952	451.384	411.368
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	204.613	-23.872	-27.861
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	199.086	177.038	156.927
3.04.02	Despesas de Pessoal	-174.540	-151.732	-140.661
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-93.543	-86.661	-78.182
3.04.04	Despesas Tributárias	-37.097	-39.574	-40.936
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	339.275	87.872	100.923
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-41.380	-21.881	-34.816
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	12.812	11.066	8.884
3.05	Resultado Operacional	271.565	427.512	383.507
3.06	Resultado Não Operacional	-6.230	-2.259	-1.771
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	265.335	425.253	381.736
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	206.773	-23.577	-36.232
3.08.01	Provisão p/ imposto de renda	-21.731	-15.663	-18.548
3.08.02	Provisão p/ contribuição social	-53.409	-22.418	-17.346
3.08.03	Ativo fiscal diferido	281.913	14.504	-338
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-101.197	-91.029	-82.102

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.10.01	Participações	-101.197	-91.029	-82.102
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	370.911	310.647	263.402
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)	2,32162	2,06390	1,83027

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	370.911	310.647	268.263
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-7.310	1.194	-5.437
4.03	Resultado Abrangente do Período	363.601	311.841	262.826

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-120.939	-1.971.854	-2.782.238
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	619.693	418.770	361.666
6.01.01.01	Lucro líquido	370.911	310.647	263.402
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.604	6.210	6.158
6.01.01.03	Resultado de participações em controladas	-12.812	-11.066	-8.884
6.01.01.04	Resultado na alienação de bens não de uso	6.346	1.095	4.875
6.01.01.05	Provisão para desvalorização de bens não de uso	-2.437	1.175	-3.272
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	218.700	95.337	92.829
6.01.01.07	Provisão para passivos contingentes	35.377	16.386	15.767
6.01.01.08	Provisão para outros passivos	0	0	-3.827
6.01.01.09	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-7.310	-1.014	-5.437
6.01.01.10	Resultado na alienação de imobilizado de uso e intangível	2.314	0	1
6.01.01.11	Provisão para desvalorização em incentivos fiscais	0	0	54
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-740.632	-2.390.624	-3.143.904
6.01.02.01	Aplicações interfinanc. de liquidez	-140.416	99.719	-725.304
6.01.02.02	TVM e instr. financ. deriv-ativo/passivo	-675.601	-1.229.991	-971.998
6.01.02.03	Operações de créditos	-647.954	-1.311.625	-1.541.360
6.01.02.04	Outros creditos e valores e bens	630.504	114.395	-764.022
6.01.02.05	Relações interfinanceiras-ativo/passivo	50.840	11.498	84.344
6.01.02.06	Relações interdependencias	4.886	-13.900	-4.037
6.01.02.07	Outras obrigações	34.456	-57.632	773.770
6.01.02.08	Resultado de exerc. futuros	2.653	-3.088	4.703
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.751	2.531	13.873
6.02.01	Alienação de bens não de uso próprio	21.869	16.292	20.353
6.02.02	Alienação de investimentos	0	0	-5
6.02.03	Alienação de imobilizado de uso e intangível	2.618	391	398
6.02.04	Aquisição de bens não de uso próprio	-44.359	-7.559	-10.347
6.02.05	Aquisição de investimentos	-262	0	0
6.02.06	Aquisição de imobilizado de uso e intangivel	-24.959	-15.793	-5.855

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.02.10	Constituição de reserva - Remuneração da administração	6.342	9.200	9.329
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.194.392	3.141.361	2.647.957
6.03.01	Depósitos	-199.603	1.232.302	-168.425
6.03.02	Captações no mercado aberto	42.128	-87.426	112.496
6.03.03	Obrigações p/ emprest. e repasses	2.635.025	491.998	1.292.406
6.03.04	Recursos de aceites e emissão de tits.	-234.329	1.536.801	1.456.221
6.03.05	Ações em tesouraria	-8.154	-12.092	-20.479
6.03.06	Juros s/ o capital próprio	-136.018	-97.888	-85.647
6.03.07	Aumento de capital	95.343	77.666	72.020
6.03.08	Ajustes em exercícios anteriores	0	0	-10.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.034.702	1.172.038	-120.408
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.932.118	1.760.080	1.880.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.966.820	2.932.118	1.760.080

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.03	Saldo Ajustado	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	370.911	0	370.911
5.05	Destinações	693.210	-268	0	-692.942	-136.018	0	-136.018
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-136.018	0	-136.018
5.05.03	Outras Destinações	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.05.03.01	Capitalização de reservas	693.210	-268	0	-692.942	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-7.310	-7.310
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	95.343	0	0	0	0	0	95.343
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	6.342	0	234.893	-234.893	0	6.342
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	6.342	0	0	0	0	6.342
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	18.546	-18.546	0	0
5.09.03	Constituição de reservas - Equalização de dividendos	0	0	0	216.347	-216.347	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-8.154	0	0	-8.154
5.13	Saldo Final	1.980.139	27.013	0	513.465	0	-10.958	2.509.659

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.113.920	11.739	0	779.001	0	-2.634	1.902.026
5.03	Saldo Ajustado	1.113.920	11.739	0	779.001	0	-2.634	1.902.026
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	310.647	0	310.647
5.05	Destinações	0	0	0	197.227	-295.115	0	-97.888
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-97.888	0	-97.888
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	197.227	-197.227	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-1.014	-1.014
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-1.014	-1.014
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	77.666	0	0	0	0	0	77.666
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	9.200	0	15.532	-15.532	0	9.200
5.09.01	Constituição de reserva - Remuneração da administração	0	9.200	0	0	0	0	9.200
5.09.02	Constituição de reserva legal	0	0	0	15.532	-15.532	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-12.092	0	0	-12.092
5.13	Saldo Final	1.191.586	20.939	0	979.668	0	-3.648	2.188.545

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.041.900	2.410	0	632.360	0	2.803	1.679.473
5.03	Saldo Ajustado	1.041.900	2.410	0	632.360	0	2.803	1.679.473
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	263.402	0	263.402
5.05	Destinações	0	0	0	167.120	-263.402	0	-96.282
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-85.647	0	-85.647
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	167.120	-177.755	0	-10.635
5.05.03.01	Reserva legal	0	0	0	13.413	-13.413	0	0
5.05.03.02	Reserva para equialização de dividendos	0	0	0	153.707	-164.342	0	-10.635
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-5.437	-5.437
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-5.437	-5.437
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	72.020	0	0	0	0	0	72.020
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	9.329	0	0	0	0	9.329
5.09.01	Remuneração da administração	0	9.329	0	0	0	0	9.329
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-20.479	0	0	-20.479
5.13	Saldo Final	1.113.920	11.739	0	779.001	0	-2.634	1.902.026

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	4.053.898	2.198.607	1.708.505
7.01.01	Intermediação Financeira	3.734.237	2.029.034	1.543.484
7.01.02	Prestação de Serviços	199.086	177.038	156.927
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-218.700	-95.337	-92.829
7.01.04	Outras	339.275	87.872	100.923
7.01.04.01	Outras receitas operacionais	339.275	87.872	100.923
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.448.585	-1.482.313	-1.039.287
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-123.817	-94.415	-98.613
7.03.02	Serviços de Terceiros	-6.709	-5.737	-5.855
7.03.04	Outros	-117.108	-88.678	-92.758
7.03.04.01	Outras despesas administrativas	-19.261	-19.263	-16.944
7.03.04.02	Outras despesas operacionais	-91.617	-67.156	-74.043
7.03.04.03	Despesas não operacionais	-6.230	-2.259	-1.771
7.04	Valor Adicionado Bruto	481.496	621.879	570.605
7.05	Retenções	-8.604	-6.210	-6.158
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-8.604	-6.210	-6.158
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	472.892	615.669	564.447
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.812	11.066	8.884
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	12.812	11.066	8.884
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	485.704	626.735	573.331
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	485.704	626.735	573.331
7.09.01	Pessoal	244.494	215.460	198.496
7.09.01.01	Remuneração Direta	111.948	97.157	89.902
7.09.01.02	Benefícios	22.351	19.136	18.616
7.09.01.03	F.G.T.S.	8.998	8.138	7.876
7.09.01.04	Outros	101.197	91.029	82.102
7.09.01.04.01	Participações nos lucros	101.197	91.029	82.102
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-138.433	90.452	101.435
7.09.02.01	Federais	-143.284	85.645	97.348

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.02.02	Estaduais	65	594	538
7.09.02.03	Municipais	4.786	4.213	3.549
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.732	10.176	9.998
7.09.03.01	Aluguéis	8.732	10.176	9.998
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	370.911	310.647	263.402
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	136.018	97.888	85.647
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	234.893	212.759	177.755

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	23.739.064	19.652.604	15.763.903
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	46.781	52.967	178.449
1.02	Aplicações Financeiras	10.182.383	6.657.924	4.561.342
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	9.323.521	6.083.136	4.074.502
1.02.01.01	Títulos para Negociação	1.551.087	1.286.038	454.656
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.237.934	1.028.812	1.088.342
1.02.01.04	Derivativos	755.913	181.079	152.994
1.02.01.05	Operações compromissadas	4.433.494	2.374.358	584.011
1.02.01.06	Depósitos em bancos privados	1.345.093	1.212.849	1.794.499
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	858.862	574.788	486.840
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	858.862	574.788	486.840
1.03	Empréstimos e Recebíveis	12.389.691	12.227.314	10.438.815
1.05	Outros Ativos	1.075.954	683.881	563.971
1.05.03	Outros	1.075.954	683.881	563.971
1.05.03.01	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	218.849	360.613	263.098
1.05.03.02	Outros ativos	857.105	323.268	300.873
1.07	Imobilizado	44.255	30.518	21.326

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	23.739.064	19.652.604	15.763.903
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	936.477	235.607	162.661
2.01.01	Derivativos	936.477	235.607	162.661
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.721.681	892.703	779.610
2.02.01	Dívida subordinada	1.170.455	892.703	779.610
2.02.02	Captações - Repasses no exterior	551.226	0	0
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	17.671.796	15.860.133	12.545.697
2.03.01	Valor a pagar a bancos	11.103.277	9.266.883	6.791.216
2.03.02	Clientes	6.026.820	6.166.929	5.483.107
2.03.03	Dívida subordinada	541.699	426.321	271.374
2.06	Outros Passivos	775.137	379.392	302.097
2.06.02	Tributário	234.786	128.970	141.633
2.06.03	Derivativos utilizados como hedge de valor justo	11.291	0	0
2.06.04	Outros	529.060	250.422	160.464
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	2.633.973	2.284.769	1.973.838
2.08.01	Capital Social Realizado	1.980.139	1.191.586	1.113.920
2.08.02	Reservas de Capital	-26.309	-24.229	-21.337
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-53.322	-45.168	-33.076
2.08.02.06	Reserva de capital	27.013	20.939	11.739
2.08.04	Reservas de Lucros	666.974	1.107.377	876.886
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	13.169	10.035	4.369

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	2.240.732	1.719.951	1.682.149
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.311.547	-1.477.428	-1.402.953
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	929.185	242.523	279.196
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-711.196	127.542	28.870
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	199.086	177.038	156.927
3.04.02	Despesas de Pessoal	-275.888	-242.913	-222.940
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-93.126	-85.800	-78.528
3.04.03.01	Promoção de negócios	-3.833	-7.767	-5.849
3.04.03.02	Viagens	-8.917	-7.876	-6.771
3.04.03.03	Comunicações	-3.393	-2.894	-3.145
3.04.03.04	Instalações	-15.286	-14.668	-14.262
3.04.03.05	Depreciação e amortização	-8.604	-6.210	-6.158
3.04.03.06	Outras despesas	-53.093	-46.385	-42.343
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	-251.411	392.987	283.111
3.04.05.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	1.027.260	310.760	161.392
3.04.05.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	-1.278.671	82.227	121.719
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-289.857	-113.770	-109.700
3.04.06.01	Perdas de crédito (líquidas de recuperações)	-218.650	-74.705	-70.280
3.04.06.02	Outras despesas operacionais	-71.207	-39.065	-39.420
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	217.989	370.065	308.066
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	170.568	-41.686	-42.649
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	388.557	328.379	265.417
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	388.557	328.379	265.417
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	388.557	328.379	265.417
3.99	Lucro por Ação - (R$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,50000	2,23000	1,87000
3.99.01.02	PN	2,50000	2,23000	1,87000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.99.02.01	ON	2,47000	2,20000	1,86000
3.99.02.02	PN	2,47000	2,20000	1,86000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	388.557	328.379	265.417
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.134	5.666	-2.283
4.02.01	Ativos Disponíveis Para Venda - Ajuste Ao Valor De Mercado	-8.083	1.828	-5.279
4.02.02	Variação Cambial Sobre Investimentos No Exterior	11.217	3.838	2.996
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	391.691	334.045	263.134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	391.691	334.045	263.134

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.116	-2.216.975	-2.863.875
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	645.905	423.022	364.123
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	388.557	328.379	265.417
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	8.604	6.210	6.158
6.01.01.03	Perdas de crédito	223.976	88.020	77.388
6.01.01.04	Ajuste a mercado de intrumentos financeiros - Disponíveis para venda	-8.083	1.828	-5.279
6.01.01.05	Variação cambial sobre investimentos no exterior	11.217	3.838	2.996
6.01.01.06	Provisão para passivos contingentes	21.634	-5.253	17.443
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-635.789	-2.639.997	-3.227.998
6.01.02.01	Reserva no Banco Central do Brasil	1.154	1.822	3.626
6.01.02.02	Operações compromissadas	-1.901.462	-2.286.324	1.533.518
6.01.02.03	Depósitos em bancos privados	1.749.817	2.373.325	-2.263.685
6.01.02.04	Instrumentos financeiros - Mantidos para negociação	-265.049	-831.382	-337.541
6.01.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	279.091	-52.654	-12.667
6.01.02.06	Instrumentos financeiros - Disponíveis para venda	-209.122	59.530	214.535
6.01.02.07	Instrumentos financeiros - Mantidos até o vencimento	-284.074	-87.948	-486.840
6.01.02.08	Empréstimos e adiantamentos a clientes	-386.353	-1.876.519	-1.766.651
6.01.02.09	Outros ativos	-533.837	-22.395	-24.020
6.01.02.10	Passivos tributários	105.816	-12.663	-83.738
6.01.02.11	Captações - Repasses no exterior	551.226	0	0
6.01.02.12	Outros passivos	257.004	95.211	-4.535
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-15.999	-6.202	3.872
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-24.959	-15.793	-5.855
6.02.02	Alienação de imobilizado e intengível	2.618	391	398
6.02.03	Constituição de reserva	6.342	9.200	9.329
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.040.586	3.395.215	2.739.595
6.03.01	Valores a pagar a bancos	1.836.394	2.475.667	2.043.850
6.03.02	Valores a pagar a clientes	-140.109	683.822	644.878
6.03.03	Ações em tesouraria	-8.154	-12.092	-20.479

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-136.018	-97.888	-85.647
6.03.05	Aumento de capital	95.343	77.666	72.020
6.03.06	Dívidas subordinadas	393.130	268.040	84.973
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.034.703	1.172.038	-120.408
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.932.118	1.760.080	1.880.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.966.821	2.932.118	1.760.080

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	95.343	-8.154	0	-136.018	0	-48.829	0	-48.829
5.04.01	Aumentos de Capital	95.343	0	0	0	0	95.343	0	95.343
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-8.154	0	0	0	-8.154	0	-8.154
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.018	0	-136.018	0	-136.018
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	388.557	3.134	391.691	0	391.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	388.557	0	388.557	0	388.557
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.134	3.134	0	3.134
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-8.083	-8.083	0	-8.083
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	11.217	11.217	0	11.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	693.210	6.074	-440.403	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.01	Constituição de Reservas	0	6.342	252.539	-252.539	0	6.342	0	6.342
5.06.04	Capitalização de Reservas	693.210	-268	-692.942	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.980.139	-26.309	666.974	0	13.169	2.633.973	0	2.633.973

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.113.920	-21.337	876.886	0	4.369	1.973.838	0	1.973.838
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.113.920	-21.337	876.886	0	4.369	1.973.838	0	1.973.838
5.04	Transações de Capital com os Sócios	77.666	-12.092	0	-97.888	0	-32.314	0	-32.314
5.04.01	Aumentos de Capital	77.666	0	0	0	0	77.666	0	77.666
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.092	0	0	0	-12.092	0	-12.092
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-97.888	0	-97.888	0	-97.888
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	328.379	5.666	334.045	0	334.045
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	328.379	0	328.379	0	328.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.666	5.666	0	5.666
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.828	1.828	0	1.828
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.838	3.838	0	3.838
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9.200	230.491	-230.491	0	9.200	0	9.200
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9.200	230.491	-230.491	0	9.200	0	9.200
5.07	Saldos Finais	1.191.586	-24.229	1.107.377	0	10.035	2.284.769	0	2.284.769

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.041.900	-10.187	697.116	0	6.652	1.735.481	0	1.735.481
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.041.900	-10.187	697.116	0	6.652	1.735.481	0	1.735.481
5.04	Transações de Capital com os Sócios	72.020	-20.479	0	-85.647	0	-34.106	0	-34.106
5.04.01	Aumentos de Capital	72.020	0	0	0	0	72.020	0	72.020
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.479	0	0	0	-20.479	0	-20.479
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-85.647	0	-85.647	0	-85.647
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	265.417	-2.283	263.134	0	263.134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	265.417	0	265.417	0	265.417
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.283	-2.283	0	-2.283
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-5.279	-5.279	0	-5.279
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.996	2.996	0	2.996
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	9.329	179.770	-179.770	0	9.329	0	9.329
5.06.01	Constituição de Reservas	0	9.329	179.770	-179.770	0	9.329	0	9.329
5.07	Saldos Finais	1.113.920	-21.337	876.886	0	4.369	1.973.838	0	1.973.838

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	531.676	646.936	562.417
7.01.01	Intermediação Financeira	698.390	189.488	279.196
7.01.02	Prestação de Serviços	199.086	177.038	156.927
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-218.650	-74.705	-70.280
7.01.04	Outras	-147.150	355.115	196.574
7.01.04.01	Resultado líquido de ativos e passivos financeiros	1.258.055	363.795	161.392
7.01.04.02	Resultado de operações de câmbio e variações cambiais	-1.278.671	82.227	121.719
7.01.04.03	Outras despesas administrativas	-55.327	-85.800	-78.528
7.01.04.04	Outras despesas operacionais	-71.207	-5.107	-8.009
7.04	Valor Adicionado Bruto	531.676	646.936	562.417
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	531.676	646.936	562.417
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	531.676	646.936	562.417
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	531.676	646.936	562.417
7.09.01	Pessoal	244.594	215.565	198.632
7.09.01.01	Remuneração Direta	114.022	98.658	91.286
7.09.01.02	Benefícios	20.362	17.727	17.353
7.09.01.03	F.G.T.S.	9.013	8.151	7.891
7.09.01.04	Outros	101.197	91.029	82.102
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-101.475	102.992	98.368
7.09.02.01	Federais	-106.331	98.179	94.275
7.09.02.02	Estaduais	64	594	538
7.09.02.03	Municipais	4.792	4.219	3.555
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	388.557	328.379	265.417
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	136.018	97.888	85.647
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	252.539	230.491	179.770

Relatório da Administração

Desempenho no exercício findo em 31 de dezembro de 2015

Submetemos à apreciação de V.S.as as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 do Banco ABC BRASIL S.A.

Banco ABC BRASIL S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O ABC Brasil é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporate, oferecendo produtos financeiros de alto valor agregado. A partir de 2005, passou a atuar também no segmento de empresas médias.

O Banco é reconhecido pela profunda expertise na análise e concessão de crédito, e oferece aos clientes um amplo portfólio de produtos e serviços.

O Banco ABC BRASIL S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 31 de dezembro de 2015: Bank ABC 59,29%; Mercado: 31,22%; Administradores e Conselheiros: 6,38%; e Ações em Tesouraria: 3,11%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R$ 370,9 milhões no ano de 2015 (R$ 310,6 milhões no ano de 2014), representando uma rentabilidade sobre o patrimônio médio de 15,8% no ano (15,2% em 2014).

O aumento do resultado do banco em relação ao ano anterior reflete, principalmente, o aumento das receitas com margem financeira e com prestação de serviços, em contrapartida ao aumento das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa e operacionais.

Foi destinado aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, o valor bruto total de R$ 136,0 milhões, o que representa um valor bruto de R$ 0,85 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observadas as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao primeiro e segundo semestres de 2015. O Banco ofereceu aos acionistas a possibilidade de reinvestir os juros sobre o capital próprio distribuídos através da emissão de novas ações (Nota Explicativa 25 b/c).

Relatório da Administração

Carteira de Crédito

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R$ 20.025,3 milhões ao final de 2015 (R$ 19.348,0 milhões ao final de 2014). A carteira de empréstimos apresentou um índice de créditos classificados de AA-C em relação à carteira total de créditos de 95,5% ao final de 2015 (96,5% ao final de 2014). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 2,95% do total da carteira ao final de 2015 (1,98% ao final de 2014).

IN CVM 381/03

Em atendimento a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Ao final do período, o Banco ABC BRASIL S.A. possuía R$ 858,9 milhões em títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Gestão de risco

1- Risco corporativo

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 4.090/12 e 4.327/14 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado, crédito, liquidez e responsabilidade socioambiental, respectivamente. As informações referentes à gestão de risco em atendimento às resoluções mencionadas e às Circular nºs 3.678/13 e 3.748/15 e do Banco Central do Brasil estão disponíveis no sítio do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br > relações com investidores > serviços ri > fatores de risco > estrutura de gestão de risco – Banco ABC Brasil).

Relatório da Administração

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito.

A estrutura de governança do Banco considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeito às leis que regulam os mercados dentro de padrões éticos aceitos e recomendados. Esta estrutura atende à regulação da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, como Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, suportados por colégios internos, como o Comitê de Risco do Conselho e a Diretoria Colegiada, além de outros comitês operacionais como, por exemplo, o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco Operacional e Compliance.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2- Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Risco Operacional e Compliance (CROC) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, Compliance e controles internos.

3- Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

Relatório da Administração

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4- Risco de crédito

A gestão de risco de crédito permeia diversas atividades de autorização, execução, controle e monitoramento do Banco. Isto inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco da carteira, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito até os limites da alçada da Administração. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, de Administração e de Gerenciamento de Risco de Crédito, que são parte da estrutura da vice-presidência de Crédito e Riscos. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

São de responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito ações de monitoramento da carteira de crédito. Isto inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e de desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte e operação. A área monitora também as concentrações de risco e avalia os impactos de cenários adversos.

Antes de tudo, porém, os riscos de crédito são de responsabilidade primária das áreas e pessoas que mantêm o relacionamento comercial com o cliente.

5- Responsabilidade Socioambiental

A política de Responsabilidade Socioambiental traça as diretrizes para a identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental, em aderência à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil.

O Banco ABC Brasil dispõe de ferramentas de pesquisa, processos internos de análise e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento destes riscos. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários socioambientais junto aos clientes.

Relatório da Administração

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração com base em atividades coordenadas pela Área de Planejamento e Controle Financeiro, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Participam do processo também as áreas de Gestão de Riscos e de Controladoria, que contribuem com informações, subsídios e avaliações complementares. As informações referentes à gestão de capital em atendimento à Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil estão disponíveis no sítio do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrasil.com.br > relações com investidores > serviços ri > fatores de risco > estrutura de gestão de capital – Banco ABC Brasil).

7- Comitê de Remuneração

O Banco conta com um Comitê de Remuneração constituído na assembleia geral ordinária ocorrida dia 30/04/2012, e tem como atribuições: (i) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da lei das sociedades por ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com a regulamentação aplicável; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8- Risco de conformidade

O Banco ABC Brasil através de sua área de Compliance busca assegurar a existência de políticas corporativas, processos, controles e monitoramento contínuo para atender às exigências normativas dos órgãos reguladores e entidades de classe, como também prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Atuando na orientação e conscientização, visando coibir atividades e condutas que possam causar danos à imagem da instituição e empregar seus melhores esforços na disseminação das práticas exigidas pela Lei nº 12.846 de Anticorrupção. A área de Compliance também é composta pela área de Segurança da Informação que é responsável por definir as políticas e estratégias de Segurança da Informação e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

A Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 28 de março de 2016.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos: investimentos disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos, outros ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, os quais foram todos mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas.

Declaração de Compliance

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

O Banco publicou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) “BRGAAP” em 04 de fevereiro de 2016.

A reconciliação entre os saldos apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN “BRGAAP” e as normas internacionais de contabilidade “IFRS”, do Patrimônio Líquido e dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

Conciliação do Patrimônio Líquido:

		2015	2014
Patrimônio líquido em BRGAAP		**2.509.659**	2.188.545
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	**89.464**	64.949
Obrigações legais (ISS)	(c)	**24.181**	21.411
Provisões sobre fianças		**8.434**	6.856
Outros ajustes		**2.235**	3.008
Patrimônio líquido em IFRS		**2.633.973**	2.284.769

Conciliação dos Resultados do Exercício:

		2015	2014
Lucro líquido em BRGAAP		**370.911**	310.647
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	**24.515**	8.799
Variação cambial sobre investimento no exterior	(b)	**(11.217)**	(3.838)
Obrigações legais (ISS)	(c)	**2.770**	5.915
Provisões sobre fianças		**1.578**	6.856
Lucro líquido em IFRS		**388.557**	328.379

a) *Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes*

Segundo os procedimentos requeridos pelo IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito e fiança com base na avaliação individual das operações considerando as garantias e as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

b) *Variação cambial sobre investimento no exterior*

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

c) *Obrigações legais (ISS)*

Trata-se de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras aplicados de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS, foram aplicados em sua elaboração. Não ocorreram mudanças de práticas contábeis e estimativas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A. e das empresas controladas ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC Brasil Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2015, corresponde a aproximadamente 100%.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

2.2 Julgamentos e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade do Banco em continuar operando normalmente e está convencida de que o Banco possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não temo conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando dados do mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto, taxas de pré-pagamento e pressupostos de inadimplência de títulos com ativos como garantia. A valorização dos instrumentos financeiros está apresentada em mais detalhes na Nota 8.

Notas Explicativas

Perdas com redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos

O Banco revisa seus empréstimos e adiantamentos individualmente a cada data de balanço para avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão. A perda com a redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos é divulgada em mais detalhes na Nota 9.

Redução ao valor recuperável de investimentos disponíveis para venda

O Banco revisa seus instrumentos de dívida classificados como investimentos disponíveis para venda em cada data das demonstrações financeiras para avaliar se eles estão designados para redução ao valor recuperável. Isso exige julgamento semelhante à avaliação individual de empréstimos e adiantamentos. O Banco também registra a redução ao valor recuperável em investimentos patrimoniais disponíveis para venda em que houve uma baixa significativa ou prolongada no valor justo, abaixo do seu custo. A determinação de que é considerada “significativa” ou “prolongada” exige julgamento. Para alcançar esse julgamento, o Banco avalia, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, além da duração e extensão na qual o valor justo do investimento foi menor do que o seu custo. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Banco não possuía investimentos patrimoniais.

Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis

Todas as Normas Internacionais e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB que entraram em vigor até a data de elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, foram observadas pelo Banco na elaboração das referidas Demonstrações Financeiras. As novas interpretações ou revisões do IFRS emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas Demonstrações Financeiras, não foram contempladas pelo Banco que entende que tais mudanças não produzirão efeitos significativos nas referidas Demonstrações financeiras como um todo.

Notas Explicativas

Pronunciamentos aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

- IFRS 19 – Benefícios aos empregados

  A entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. A adoção dessa norma não resulta em impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Outras Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

  O Pronunciamento introduz novos requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. As principais mudanças introduzidas pelo IFRS 9 em relação aos requerimentos do IAS 39 são sumarizadas abaixo:

  - Todos os ativos financeiros que estão atualmente no escopo do IAS39 serão classificados ou como “custo amortizado” ou “valor justo”. As categorias “disponível para venda” e “mantido até o vencimento” não mais existirão.

  - A classificação é baseada no modelo de negócios da entidade para a gestão de ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias (custo amortizado ou valor justo) são proibidas a menos que haja uma mudança no modelo de negócios da entidade.

  - Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se dois critérios são satisfeitos: i) o objetivo do modelo de negócios seja manter o ativo financeiro até o vencimento; e ii) o fluxo de caixa contratual do instrumento seja unicamente pagamentos de principal e juros sobre o saldo devedor. Todos os outros ativos financeiros são mensurados ao valor justo. Movimentos no valor justo dos ativos financeiros classificados ao valor justo são reconhecidos no resultado, exceto investimentos em ações os quais são reconhecidos como outros resultados abrangentes, sendo levados a resultado somente por ocasião de sua realização.

  - É permitido a uma entidade designar um ativo financeiro que atenda as condições para “custo amortizado” a valor justo contra resultado se ao fazer isto reduza significativamente um descasamento contábil. Esta designação deve ser feita no reconhecimento inicial e é irrevogável.

  A mudança é aplicável para os períodos iniciados em 1º de Janeiro de 2018, e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas

- IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos

  A base do IFRS 11 é que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações e, as contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Esta norma substitui o IAS 31 - Participações em Empreendimentos em Conjunto (joint ventures).

  Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos:

  - Operações conjuntas (Joint operations): As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas.

  - Empreendimento conjunto (Joint venture): As partes reconhecem seus investimentos pelo método de equivalência patrimonial.

  Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2016, e não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do Banco.

- Entidades para Investimentos

  Alteração ao IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas - Introduz uma exceção ao princípio que todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A alteração requer que a controladora que seja uma entidade de investimento mensure a valor justo pelo resultado seus investimentos em certas entidades, ao invés de consolidá-los nas suas demonstrações consolidadas. Efetiva a partir de 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- IFRS 15 – Empreendimentos conjuntos

  O pronunciamento visa a substituir a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas

- Alteração - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

  As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração - IAS 12 – Impostos de renda

  A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- Alteração - IAS 16 – Imobilizado e IAS 38 Ativos intangíveis

  A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

  Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo (2012 – 2014) foram revisadas a IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, a IAS 19 – Benefícios aos Empregados e a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Notas Explicativas

b) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(I) *Data de reconhecimento*

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

(II) *Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração e de suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

(III) *Derivativos registrados a valor justo por meio do resultado*

O Banco usa derivativo, como *swaps* e futuros de taxa de juros, *swap* de moedas, futuros de câmbio em moedas estrangeiras e opções de taxas de juros, moedas estrangeiras e ações. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. “As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em ‘resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros, como a opção de conversão em um instrumento conversível adquirido, são tratados como derivativos distintos e registrados ao valor justo se suas características econômicas e riscos não são diretamente relacionados com as do contrato principal, desde que o contrato principal não seja mantido para negociação ou designado ao valor justo por meio do resultado. Os derivativos embutidos separados do principal são mantidos ao valor justo na carteira com as variações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(IV) *Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação*

Ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. As variações no valor justo e receita e despesas de juros, apuradas conforme os termos do contrato ou quando o direito de pagamento for estabelecido, são reconhecidas em “resultado líquido de ativos e passivos financeiros”.

(V) *Ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado*

Ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são aqueles designados, como tais, durante o reconhecimento inicial. A designação de um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial se dá somente quando os seguintes critérios são observados, e a designação de cada instrumento é determinada individualmente:

Notas Explicativas

- A designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; ou

- Os ativos e passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou

- O instrumento financeiro possui um (ou mais) derivativo(s) embutido(s), que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados no balanço patrimonial ao valor justo. Variações ao valor justo são registrados em “Resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Juros auferidos ou incorridos são apropriados em ‘receita de juros’ ou ‘despesa de juros’, respectivamente, utilizando a taxa de juros efetiva. A receita de dividendos é reconhecida como ‘outras receitas operacionais’ quando o direito ao pagamento é estabelecido.

(VI) *Lucro ou Prejuízo ‘Dia 1’*

Quando o valor da transação é diferente do valor justo de outras transações observáveis no mercado ativo com o mesmo instrumento ou baseado em uma técnica de valorização cujas variáveis incluem apenas dados observáveis de mercado, o Banco imediatamente reconhece a diferença entre o valor da transação e o valor justo (lucro ou prejuízo ‘Dia 1’) em ‘resultado líquido de ativos e passivos financeiros’. Nos casos em que o valor justo é determinado usando dados não observáveis de mercado, a diferença entre o preço da transação e o valor do modelo é somente reconhecida na demonstração do resultado quando as variáveis possam ser observáveis, ou quando o instrumento for baixado.

(VII) *Títulos disponíveis para venda*

Depois da mensuração inicial, instrumentos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente mensurados ao valor justo. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em “outros resultados abrangentes” líquido de imposto de renda e contribuição social.

Notas Explicativas

Quando o investimento é liquidado, o ganho ou perda acumulado previamente reconhecido no patrimônio líquido é reconhecido na demonstração de resultado em “resultados líquidos de ativos financeiros”. Quando o Banco mantém mais de um investimento do mesmo tipo, eles são considerados como se fossem baixados utilizando o conceito de “custo médio de compra”. As variações no valor justo são reconhecidas em “resultado líquido de ativos e passivos financeiros”. Receita ou despesa de juros são registradas em ‘”receitas e despesas de juros” respectivamente conforme os termos do contrato, ou quando o direito ao pagamento for estabelecido. Dividendos auferidos enquanto mantido como um investimento financeiro disponível para venda são reconhecidos na demonstração do resultado como ‘outras receitas operacionais’ quando o direito ao recebimento for estabelecido.

As perdas com redução valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado em “em resultados líquidos de ativos e passivos financeiros” e baixadas das ‘reservas ajustes de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda’.

(VIII) *Valores a receber de bancos e empréstimos e adiantamentos a clientes*

Valores a receber de bancos e ‘empréstimos e adiantamentos a clientes incluem ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, os montantes em valores a receber de bancos e ‘empréstimos e adiantamentos para clientes estão subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, líquido da provisão para perdas com redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado considerando quaisquer descontos ou prêmio na aquisição de montantes relevantes e outras taxas e custos que são partes integrais da taxa de juros efetiva. A amortização é incluída em ‘receita de juros’ na demonstração do resultado. As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em ‘perdas de crédito’.

O Banco não possui operações de empréstimos e adiantamentos, com intenção de venda.

(IX) *Captações*

As captações são mensuradas ao custo amortizado utilizando a taxa de juros efetiva, exceto as captações objeto de *hedge accounting* (Nota 12) que são apresentadas pelo valor justo. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na emissão e custos relevantes que constituem parte integral da taxa de juros efetiva.

(X) *Dívida Subordinada*

São representados pelo valor justo, por meio de resultado sendo tal instrumento financeiro objeto de hedge conforme demonstrado na Nota 8. Veja os critérios de *hedge accounting* aplicados descritos nas Notas 3g, 8b e 13.

Notas Explicativas

c) Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

(I) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse, e se:
- O Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

(II) *Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida.

d) Operações compromissadas

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo com a obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo em 'garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas', refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

Inversamente, títulos adquiridos com acordo de revenda em uma data futura específica não são reconhecidos no balanço patrimonial. O montante pago, incluindo juros apropriados, é registrado no balanço patrimonial em garantia em caixa de títulos emprestados e operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo do Banco. A diferença entre o preço de compra e revenda é registrada em 'receita de juros' e é apropriada durante o prazo do contrato utilizando a taxa de juros efetiva. Se títulos adquiridos com acordo de revenda são subsequentemente vendidos para terceiros, a obrigação de retornar os títulos é registrada como uma venda a descoberto incluída em passivos financeiros mantidos para negociação' e mensurados ao valor justo com qualquer ganho ou perda incluída em 'receita (despesa) líquida de negociação' de valorização de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização conhecidos.

Notas Explicativas

e) Determinação do valor justo

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas e preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Para todos os outros instrumentos financeiros não negociados no mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando métodos de valorização apropriados que incluem: o método de fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelos de certos instrumentos financeiros são registrados ao valor justo utilizando métodos de valorização nos quais transações do mercado atual ou dados observáveis do mercado não estão disponíveis. Para esses instrumentos financeiros o valor justo é determinado utilizando um método de valorização que foi testado contra preços ou dados de transações do mercado atual e usando as melhores estimativas do modelo mais apropriado do Banco. Modelos são ajustados para refletir a variação dos preços de compra e venda, para refletir custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e liquidez e das limitações dos modelos. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles foram mensurados estão disponíveis na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Banco avalia regularmente nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está abaixo do valor recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado abaixo do valor recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (‘um evento de perda’ incorrido). O evento de perda deve impactar o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando dados observáveis indicam que há uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica que possam ser razoavelmente estimados.

(I) *Ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado*

Para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado (como montantes de valores a receber de bancos, empréstimos e adiantamentos a clientes), o Banco avalia individualmente se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Se há evidência objetiva de que uma perda com redução ao valor recuperável foi incorrida, o montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (exceto perdas futuras esperadas com crédito que ainda não foram incorridas).

Notas Explicativas

O valor contabilizado do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o montante de perda é reconhecido no resultado. Receita de juros continua a ser apropriada sobre o valor contábil líquido da provisão e é calculada com base na taxa de juros utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Empréstimos e as correspondentes provisões são baixados quando não há probabilidade de recuperação e toda a garantia foi realizada ou transferida para o Banco. Se o montante estimado de perda com redução ao valor recuperável aumenta ou diminui devido a um evento que ocorreu depois que a *redução ao valor recuperável* foi reconhecida, o montante de perdas com redução ao valor recuperável previamente reconhecido é aumentado ou diminuído pelo ajuste na conta de provisão. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado a 'Perdas de crédito'.

O valor presente do fluxo de caixa futuro estimado é descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para mensurar qualquer perda com redução ao valor recuperável é a taxa de juros efetiva atual. O cálculo do valor presente do fluxo de caixa estimado do ativo financeiro dado como garantia reflete o fluxo de caixa que pode resultar da liquidação menos os custos de obter e vender a garantia, mesmo se a liquidação não for provável.

Vide Nota 9 para detalhes de perdas com redução ao valor recuperável em ativos financeiros mantidos ao custo amortizado e para uma análise da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e adiantamentos por classe.

(II) *Investimentos financeiros disponíveis para venda*

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, o Banco avalia individualmente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável baseada no mesmo critério dos ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Porém, o montante registrado para redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo amortizado e o valor justo atual, menos qualquer perda com redução ao valor recuperável naquele investimento previamente reconhecida no resultado. Receita de juros futura é baseada no valor contabilizado reduzido e é apropriada utilizando a taxa de juros usada para descontar o fluxo de caixa futuro usado para mensurar a perda com redução ao valor recuperável. A receita de juros é registrada como parte de 'receita de juros'. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida aumenta e o aumento pode ser objetivamente relacionado com um evento de crédito que ocorreu depois que a perda com redução ao valor recuperável foi reconhecida no resultado, a perda com redução ao valor recuperável é revertida através do próprio resultado.

Notas Explicativas

(III) *Empréstimos renegociados*

Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse da garantia. Isso pode envolver a extensão do termo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo. Uma vez que os termos são renegociados, qualquer *redução ao valor recuperável* é mensurada utilizando a taxa efetiva original, antes da modificação dos termos do empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios são cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam a serem sujeitos à avaliação individual de *redução ao valor recuperável*, calculado utilizando a taxa efetiva original do empréstimo.

g) *Hedge accounting*

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposição a riscos de taxa de juros, variação cambial e crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo através de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

Também no início do relacionamento de *hedge*, uma avaliação formal é efetuada para garantir que o instrumento de *hedge* é altamente efetivo em anular o risco designado na relação de *hedge*. *Hedge*s são formalmente avaliados mensalmente. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo “hedgiado” durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

(I) *Hedge de valor justo*

Para os *hedge*s de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecido na demonstração do resultado em ‘receita líquida de negociação’. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é “hedgiado” é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado em ‘receita líquida de negociação’. (veja Nota 8)

Se o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de *hedge* não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de *hedge* é terminada. Para os itens objeto de *hedges registrados* a custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do item objeto de *hedge* ao término e o valor nocional é amortizado ao longo do prazo remanescente do *hedge* original utilizando a taxa efetiva. Se o item objeto de *hedge* é vendido, o ajuste ao valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

h) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Esse não é geralmente o caso em contratos *master* de *netting*, para os quais os ativos e passivos relacionados são apresentados segregados no balanço patrimonial.

i) Reconhecimento de receita e despesa

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(I) *Receita e despesa de juros*

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como disponíveis para venda e instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa de juros são registrados utilizando a taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros pela vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como 'Outras receitas operacionais'. Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro como resultado do aumento da probabilidade de recuperação dos recebimentos de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

Uma vez que o valor registrado de um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros semelhantes são baixados devido à perda com redução ao valor recuperável, a receita de juros continua a ser reconhecida utilizando a taxa de juros.

Notas Explicativas

(II) *Receita de taxas e comissões*

O Banco aufere receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

Receita com comissões e taxas auferidas de serviços prestados

Comissões e taxas auferidas com a prestação de serviços são lançadas no resultado na data da prestação dos serviços. Quando tais comissões e taxas guardam relação com o prazo das operações, as receitas são reconhecidas pelos prazos das operações correspondentes.

Receita com taxas de serviços de transação prestados

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com *performance* específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa como referidos nas demonstrações de fluxo de caixa incluem caixa disponível em mãos, contas correntes sem restrições com bancos e valores a receber de bancos disponíveis ou com vencimento original em três meses ou menos da data de aplicação.

k) Imobilizado

O imobilizado é contabilizado a custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes:

- Imóveis 25 a 40 anos
- *Hardware* de computadores 2 anos
- Outros móveis e equipamentos 2 a 4 anos

Notas Explicativas

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis do Banco incluem basicamente o valor de *software* de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que seja a ele atribuído serão transferidos para o Banco.

m) Garantias financeiras

No curso ordinário dos negócios, o Banco concede garantias financeiras, por meio de garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras como compromissos em contas de compensação. Qualquer aumento em passivo associado com garantias financeiras é registrado no resultado em 'perdas de crédito'. O prêmio recebido é reconhecido no resultado em 'receita líquida de taxas e comissões' utilizando o método linear com base no termo de duração da garantia.

n) Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva) como o resultado de um evento passado, e é provável que um desembolso de recursos que incorpora benefícios econômicos será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado líquida de qualquer reembolso.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Notas Explicativas

o) Impostos

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20%.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, fruto da conversão da medida provisória nº 627/13, que altera a legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A referida lei dispõe sobre diversos assuntos e em especial sobre:

(i) A revogação do regime tributário de transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

(ii) A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

(iii) Reabertura do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e instituição de novo parcelamento especial de Contribuição para o PIS e COFINS da Lei nº 9.718/98.

O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973/14 passou a vigorar a partir de 2015 e não existem impactos relevantes na organização.

Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015.

p) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Banco que foram adquiridos (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

q) Dividendos (Juros sobre o capital próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais

Dividendos (Juros sobre capital próprio - JCP) de ações ordinárias e preferenciais são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos e JCP em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitas à decisão futura do Banco.

Notas Explicativas

r) Lucro por ação – Básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24 e).

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

4. Informações por segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais baseados em unidades de negócios e suas atividades como segue:

a) Atividade Comercial - Principalmente gerenciando empréstimos e outras operações de crédito e serviços de depósito e conta corrente para clientes corporativos e institucionais de grande e de médio porte, além de promoção de operações de mercado de capitais e outros serviços bancários.

b) Corporação e Tesouraria - Compreendem os resultados financeiros relativos aos custos de capital próprio, atribuídos às atividades comerciais além dos resultados financeiros de atividades típicas de Tesouraria como gestão de *gaps* de moedas, taxas, e demais fatores de riscos de oportunidades de arbitragens nos mercados externos e internos e resultados obtidos na administração de posições proprietárias. Concentra-se também os demais custos e os resultados corporativos como provisões para contingências e custos indiretos das atividades, redistribuindo tais custos para a área comercial.

A Administração gerencia os resultados operacionais das suas unidades de negócio separadamente para fins de tomar decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* do segmento é avaliada com base no lucro ou prejuízo da operação, que considera, dentre outros critérios, ajustes do custo atribuído do capital próprio. O segmento comercial absorve gerencialmente o imposto sobre os resultados à alíquota de 45%, sendo a diferença em relação ao imposto total alocada ao segmento de corporação e tesouraria.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 2015 e 2014.

Na apuração dos resultados por segmento, são efetuadas reclassificações gerenciais de despesas e custos para efeito de acompanhamento de operações que podem representar diferenças de classificação nas linhas de resultados quando comparadas com as demonstrações financeiras elaboradas com base nos critérios em IFRS.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta informação sobre os resultados gerenciais relacionados aos segmentos do Banco.

	2015		
	Atividade Comercial	Corporação e Tesouraria	Total
Resultado operacional	**677.863**	**127.790**	**805.653**
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	**(180.721)**	**(37.929)**	**(218.650)**
Total do resultado operacional após provisões	**497.142**	**89.861**	**587.003**
Despesas de pessoal	**(140.746)**	**(135.142)**	**(275.888)**
Instalações, depreciações e amortizações	**(4.946)**	**(18.944)**	**(23.890)**
Outras despesas	**(18.800)**	**(39.219)**	**(58.019)**
Despesas alocadas	**(125.702)**	**125.702**	**-**
Total das despesas operacionais	**(290.194)**	**(67.603)**	**(357.797)**
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	**206.948**	**22.258**	**229.206**
Despesas de imposto de renda e contribuição social	**(67.258)**	**237.826**	**170.568**
Lucro do exercício antes da variação contábil sobre investimento no exterior	**139.690**	**260.084**	**399.774**
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior - Líquida de impostos)			**(11.217)**
Lucro líquido do exercício			**388.557**

	2014		
	Atividade Comercial	Corporação e Tesouraria	Total
Resultado operacional	571.200	202.283	773.483
Perdas de crédito (liquidas de recuperações)	(74.705)	-	(74.705)
Total do resultado operacional após provisões	496.495	202.283	698.778
Despesas de pessoal	(123.925)	(118.988)	(242.913)
Instalações, depreciações e amortizações	(4.531)	(16.347)	(20.878)
Outras despesas	(14.030)	(47.054)	(61.084)
Despesas alocadas	(146.335)	146.335	-
Total das despesas operacionais	(288.821)	(36.054)	(324.875)
Resultados antes dos impostos sobre o lucro	207.674	166.229	373.903
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(57.490)	15.804	(41.686)
Lucro do exercício antes da variação contábil sobre investimento no exterior	150.184	182.033	332.217
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior - Líquida de impostos)			(3.838)
Lucro líquido do exercício			328.379

Notas Explicativas

Informação geográfica

O Banco possui suas operações concentradas no Brasil e opera também através de sua agência nas Ilhas Cayman:

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados como segue:

	2015		2014	
	US$	R$	US$	R$
Ativos				
Disponibilidades	**4.790**	**18.704**	4.282	11.374
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**222.203**	**867.658**	232.505	617.580
TVM e instrumentos financeiros derivativos	**114.511**	**447.143**	56.926	151.207
Operações de crédito - Líquido	**681.032**	**2.659.295**	949.820	2.522.912
Outros créditos e valores e bens	**15.826**	**61.797**	5.524	14.672
Total	**1.038.362**	**4.054.597**	1.249.057	3.317.745
Passivos				
Depósitos à vista	**86**	**336**	100	266
Depósitos a prazo	**274.138**	**1.070.454**	667.333	1.772.570
Recursos de aceites	**35.397**	**138.218**	81.741	217.120
Obrigações por empréstimos no exterior	**1.068.070**	**4.170.599**	830.120	2.204.965
Instrumentos financeiros derivativos	**82.102**	**320.592**	26.606	70.671
Outras obrigações	**220**	**859**	349	926
Total	**1.460.013**	**5.701.058**	1.606.249	4.266.518
Resultado				
Resultado operacional	**29.510**	**115.230**	8.335	22.139
Despesas administrativas	**(1.109)**	**(4.330)**	(1.549)	(4.114)
Outras receitas (despesas) operacionais	**102**	**398**	(453)	(1.203)
Total	**28.503**	**111.298**	6.333	16.822

No Brasil, o Banco possui plataforma de negócios em 10 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso) e no Distrito Federal. Os demais estados brasileiros são atendidos por essas plataformas.

Notas Explicativas

5. Caixa e reserva no Banco Central do Brasil

As composições de rubrica Caixa e reserva no Banco Central do Brasil estão assim demonstradas:

	2015	2014
Disponibilidades	**46.655**	51.687
Compulsório sobre depósitos à vista	**126**	1.280
Total	**46.781**	52.967

6. Valores a receber de bancos

As operações compromissadas lastreadas por títulos públicos federais no montante de R$ 4.433.494 (R$ 2.374.357 em 2014) têm prazos de vencimento até março de 2016. Os depósitos em bancos privados no montante de R$ 1.345.093 (R$ 1.212.849 em 2014) têm prazos de vencimento até março de 2017.

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa considerados na apresentação das Demonstrações Consolidadas do Fluxo de Caixa estão assim demonstrados:

	2015	2014
Disponibilidades	**46.655**	51.687
Aplicações financeiras de liquidez	**4.920.166**	2.880.431
Aplicações em moedas estrangeiras	**945.745**	788.071
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	**3.974.421**	2.092.360
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.966.821**	2.932.118

Notas Explicativas

8. Classificação dos instrumentos financeiros

a) Mensuração dos instrumentos financeiros

As posições dos instrumentos financeiros ativos e passivos e seus respectivos valores justos estão assim demonstradas:

	2015			
	Cotações publicadas em mercado ativo (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Modelos internos (Nível 3)	Total
Ativos Financeiros				
Mantidos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**1.119.258**	**-**	**-**	**1.119.258**
Eurobônus	**135.839**	**-**	**-**	**135.839**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	**136.351**	**-**	**-**	**136.351**
Certificado de depósitos bancários - CDB	**73.228**	**-**	**-**	**73.228**
Debêntures	**16.794**	**-**	**69.617**	**86.411**
Derivativos	**395.884**	**360.029**	**-**	**755.913**
Subtotal - Mantidos para negociação	**1.877.354**	**360.029**	**69.617**	**2.307.000**
Disponíveis para venda				
Eurobônus	**23.082**	**-**	**-**	**23.082**
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A	**-**	**95.719**	**-**	**95.719**
Certificado de depósitos bancários - CDB	**28.487**	**-**	**-**	**28.487**
Debêntures	**139.092**	**-**	**60.485**	**199.577**
Cédula de Produtor Rural - CPR	**-**	**-**	**1.175**	**1.175**
Títulos Públicos emitidos em outros países	**-**	**759.366**	**-**	**759.366**
Letras Financeiras - LF	**130.528**	**-**	**-**	**130.528**
Subtotal - Disponíveis para venda	**321.189**	**855.085**	**61.660**	**1.237.934**
Mantidos até o vencimento				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**858.862**	**-**	**-**	**858.862**
Subtotal - Mantidos até o vencimento	**858.862**	**-**	**-**	**858.862**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	**-**	**218.849**	**-**	**218.849**
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**218.849**	**-**	**218.849**
Total de Ativos Financeiros	**3.057.405**	**1.433.963**	**131.277**	**4.622.645**
Passivos Financeiros				
Para Negociação				
Derivativos	**(339.734)**	**(596.743)**	**-**	**(936.477)**
Subtotal - Para negociação	**(339.734)**	**(596.743)**	**-**	**(936.477)**
Ao valor justo no resultado				
Dívida subordinada	**-**	**(1.170.455)**	**-**	**(1.170.455)**
Captações - Repasses no exterior	**-**	**(551.226)**	**-**	**(551.226)**
Subtotal - Ao valor justo no resultado	**-**	**(1.721.681)**	**-**	**(1.721.681)**
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Derivativos	**-**	**11.291**	**-**	**11.291**
Subtotal - Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**-**	**11.291**	**-**	**11.291**
Total Passivos Financeiros	**(339.734)**	**(2.307.133)**	**-**	**(2.646.867)**

Notas Explicativas

	2014			
	Cotações publicadas em mercado ativo (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Modelos internos (Nível 3)	Total
Ativos Financeiros				
Mantidos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	988.132	-	-	988.132
Eurobônus	31.992	-	-	31.992
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.887	-	-	8.887
Certificado de depósitos bancários - CDB	21.760	-	-	21.760
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	23.825	23.825
Debêntures	63.109	-	45.429	108.538
Notas promissórias - NP	-	-	102.904	102.904
Derivativos	11.059	170.020	-	181.079
Subtotal - Mantidos para negociação	1.124.939	170.020	172.158	1.467.117
Disponíveis para venda				
Eurobônus	26.584	-	-	26.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	52.461	-	-	52.461
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A	-	69.011	-	69.011
Certificado de depósitos bancários - CDB	40.296	-	-	40.296
Debêntures	57.851	-	5.007	62.858
Cédula de Produtor Rural - CPR	-	-	5.957	5.957
Títulos Públicos emitidos em outros países	-	658.648	-	658.648
Letras Financeiras - LF	112.997	-	-	112.997
Subtotal - Disponíveis para venda	290.189	727.659	10.964	1.028.812
Mantidos até o vencimento				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	574.788	-	-	574.788
Subtotal - Mantidos até o vencimento	574.788	-	-	574.788
Derivativos usados como “hedge” de valor justo				
Derivativos	-	360.613	-	360.613
Subtotal - Derivativos usados como “hedge” de valor justo	-	360.613	-	360.613
Total de Ativos Financeiros	1.989.916	1.258.292	183.122	3.431.330
Passivos Financeiros				
Para Negociação				
Derivativos	(7.782)	(227.825)	-	(235.607)
Subtotal - Para negociação	(7.782)	(227.825)	-	(235.607)
Ao valor justo no resultado				
Dívida subordinada	-	(892.703)	-	(892.703)
Subtotal - Ao valor justo no resultado	-	(892.703)	-	(892.703)
Total Passivos Financeiros	(7.782)	(1.120.528)	-	(1.128.310)

Veja na Nota 3 (e) os detalhes dos critérios praticados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Notas Explicativas

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

As movimentações ocorridas para o nível 3 para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstradas a seguir:

Ativos Financeiros	Valor Justo 2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizados / Não realizados)	Transferências no e / ou fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2015
Mantidos para negociação	172.158	**(305)**	**(33.770)**	**69.617**	**(138.083)**	**69.617**
Disponíveis para venda	10.964	**(360)**	**-**	**60.485**	**(9.429)**	**61.660**

Ativos Financeiros	Valor Justo 2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizados / Não realizados)	Transferências no e / ou fora do Nível 3	Adições	Baixas	Valor Justo 2014
Mantidos para negociação	16.086	175	-	162.913	(7.016)	172.158
Disponíveis para venda	24.074	(1.665)	-	-	(11.445)	10.964

b) Instrumentos financeiros derivativos

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos junto com seus respectivos valores nocionais:

	2015			2014		
	Ativo	Passivo	Valor de referência (Notional)	Ativo	Passivo	Valor de referência (Notional)
Derivativos mantidos para negociação						
Contratos de futuros	**-**	**-**	**9.500.728**	-	-	8.237.406
Contratos de "*Swap*"	**57.830**	**(132.080)**	**1.975.339**	31.756	(73.744)	1.454.251
Mercado interfinanceiro	**29.998**	**(25.841)**	**1.219.255**	11.137	(1.022)	425.671
Moeda estrangeira	**24.782**	**(103.939)**	**170.555**	17.267	(69.924)	835.284
Prefixado	**347**	**(138)**	**546.819**	401	(292)	119.888
Outros	**2.703**	**(2.162)**	**38.710**	2.951	(2.506)	73.408
Contratos de opções	**379.490**	**(342.889)**	**10.313.196**	2.129	(6.132)	280.314
Outros instrumentos financeiros	**318.593**	**(461.508)**	**4.346.535**	147.194	(155.731)	3.470.724
Total	**755.913**	**(936.477)**	**26.135.798**	181.079	(235.607)	13.442.695

Notas Explicativas

Considerações sobre "Hedge Accounting":

		2015		
Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	**Valor referencial dos contratos (1)**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.751.919**	**196.427**	**207.558**	**11.131**
Dívida Subordinada	**1.278.170**	**129.163**	**137.989**	**8.826**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	**812.514**	**131.253**	**149.280**	**18.027**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (2)	**465.656**	**(2.090)**	**(11.291)**	**(9.201)**
Obrigações por repasses no exterior	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Objeto de "*Hedge*"	**1.625.494**	**(1.625.494)**	**(1.636.625)**	**(11.131)**
Dívida Subordinada (Nota 13)	**1.076.573**	**(1.076.573)**	**(1.085.399)**	**(8.826)**
Obrigações por repasses no exterior (Nota 12)	**548.921**	**(548.921)**	**(551.226)**	**(2.305)**

(1) De acordo com o previsto na documentação de *hedge accounting* foram Incluídos novos instrumentos financeiros derivativos acionados após "*reset*" do *hedge* cujo valor referencial dos contratos em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 1.278.170, valores atualizados até a data do balanço.
(2) Valores atualizados até a data do balanço.

		2014		
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "*Swap*"	647.456	267.429	360.613	93.184
Moeda estrangeira – Dólar (1)	647.456	267.429	360.613	93.184
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (Nota 13)	808.788	(808.788)	(715.604)	(93.184)
Moeda estrangeira – Dólar (1)	808.788	(808.788)	(715.604)	(93.184)

(1) Valores atualizados até a data do balanço.

Derivativos usados como "hedge" de valor justo

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada, a administração decidiu designar os instrumentos financeiros acima demonstrados para proteção do valor do principal bem como do valor dos juros contratuais.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de Hedge (dívida subordinada) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2015 estava em conformidade com os parâmetros estabelecidos. (veja Nota 3g)

Notas Explicativas

Os valores de referência (notional) dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo a operação utilizada como instrumento de "hedge", por vencimento, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	2015							2014
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 a 6 meses**	**De 6 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**	**Total**
Compensação								
Contratos de futuros	**3.793.998**	**1.581.131**	**934.081**	**1.524.818**	**1.108.046**	**558.654**	**9.500.728**	8.237.406
Contratos de opção	**426.400**	**200**	**9.231.047**	**643.549**	**12.000**	**-**	**10.313.196**	280.314
Contratos de "*Swap*"	**146.064**	**356.929**	**385.400**	**435.269**	**927.922**	**1.475.674**	**3.727.258**	2.101.707
Outros instrumentos financeiros	**914.910**	**1.111.996**	**923.245**	**956.683**	**439.701**	**-**	**4.346.535**	3.470.724
Total - 2015	**5.281.372**	**3.050.256**	**11.473.773**	**3.560.319**	**2.487.669**	**2.034.328**	**27.887.717**	-
Total - 2014	2.819.073	2.237.842	1.986.701	2.322.212	3.786.834	937.489	-	14.090.151

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

O saldo dos empréstimos e adiantamentos a clientes por setor industrial e a respectiva provisão são demonstrados como segue:

	2015			
	Saldo devedor	**% do saldo devedor sobre o total**	**Provisão**	**Valor líquido**
Consumo não cíclico	**5.126.122**	**40,67**	**(82.761)**	**5.043.361**
Construção e transporte	**2.535.215**	**20,11**	**(83.735)**	**2.451.480**
Financeiro	**479.618**	**3,81**	**(1.297)**	**478.321**
Indústria de transformação	**782.029**	**6,20**	**(10.521)**	**771.508**
Indústria de base	**1.165.996**	**9,25**	**(14.120)**	**1.151.876**
Consumo cíclico	**1.178.735**	**9,35**	**(6.797)**	**1.171.938**
Telecomunicações e utilidades	**861.980**	**6,84**	**(12.701)**	**849.279**
Pessoa física	**190.625**	**1,51**	**(2.419)**	**188.206**
Tecnologia de informação	**50.324**	**0,40**	**(502)**	**49.822**
Outros	**234.273**	**1,86**	**(373)**	**233.900**
Total	**12.604.917**	**100,00**	**(215.226)**	**12.389.691**

	2014			
	Saldo devedor	**% do saldo devedor sobre o total**	**Provisão**	**Valor líquido**
Consumo não cíclico	4.396.544	35,60	(31.463)	4.365.081
Construção e transporte	2.784.491	22,55	(31.506)	2.752.985
Financeiro	386.628	3,13	(1.776)	384.852
Indústria de transformação	741.818	6,01	(2.514)	739.304
Indústria de base	1.121.336	9,08	(41.503)	1.079.833
Consumo cíclico	922.466	7,47	(4.652)	917.814
Telecomunicações e utilidades	542.926	4,40	(551)	542.375
Pessoa física	110.743	0,90	(2.173)	108.570
Tecnologia de informação	43.040	0,35	(1.300)	41.740
Outros	1.298.226	10,51	(3.466)	1.294.760
Total	12.348.218	100,00	(120.904)	12.227.314

Notas Explicativas

Os empréstimos e adiantamento a clientes são assim demonstrados de acordo com a natureza da operação:

	2015	2014
Empréstimos	**5.126.977**	5.188.733
Financiamentos - BNDES / FINAME	**1.188.899**	1.514.699
Financiamentos à exportação	**1.745.529**	1.411.369
Repasses de captação externa	**95.479**	69.804
Títulos descontados	**20.365**	-
Financiamentos em moeda estrangeira	**1.367.377**	1.164.917
Conta garantida	**192.900**	207.606
Aquisição de direitos creditórios	**-**	9.914
Financiamentos rurais e agroindustriais	**1.021.871**	724.484
Financiamentos imobiliários	**109.409**	65.043
Operações de créditos cedidas	**5.352**	35.413
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas	**203.733**	461.036
Títulos e créditos a receber	**336.678**	422.453
Créditos vinculados a operações de cessão com coobrigação	**44.511**	126.913
Créditos por avais e fianças honrados	**23.746**	5.318
Financiamentos à importação	**4.992**	-
Outras operações com características de crédito	**1.117.099**	940.516
Total	**12.604.917**	12.348.218
Provisão	**(215.226)**	(120.904)
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes	**12.389.691**	12.227.314

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como empréstimos e adiantamentos a clientes e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R$ 43.020 (R$ 17.011 em 2014), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi positivo de R$ 2.773 (resultado negativo de R$ 315 em 2014).

(ii) Com retenção substancial de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações de cessão de créditos com coobrigação. O saldo referente ao ativo financeiro objeto da venda ou transferência é de R$ 5.352 (R$ 35.413 em 2014) e o saldo do passivo da obrigação assumida é de R$ 5.367 (R$ 36.254 em 2014), registrado na rubrica - Outros Passivos (Nota 14).

As receitas do ativo financeiro objeto de venda ou transferência totalizaram R$ 4.111 (R$ 1.070 em 2014) e as despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão totalizaram R$ 3.304 (R$ 826 em 2014).

Notas Explicativas

A provisão para empréstimos e adiantamentos a clientes teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldos no início do exercício	**120.904**	106.635
Constituição do exercício	**223.976**	88.020
Créditos compensados como prejuízo	**(129.654)**	(73.751)
Saldos no final do exercício	**215.226**	120.904

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de créditos renegociados é de R$ 496.337 (R$ 286.638 em 2014), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 306.798 (R$ 85.910 em 2014).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 5.326 (R$ 13.315 em 2014).

O montante de operações em atraso em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 121.780 (R$ 86.557 em 2014), representando 0,97% (0,70% em 2014) do total da carteira de empréstimo.

Veja posição de empréstimos e adiantamentos por vencimentos demonstrados na Nota 26 de Gestão de Riscos.

10. Compromissos contingentes de crédito

Os saldos dos compromissos contingentes de crédito são demonstrados como segue:

	2015	2014
Compromissos contingentes de crédito (Garantias prestadas e responsabilidades)		
Fianças prestadas a clientes	**8.537.435**	7.935.709
Créditos abertos para importação	**-**	4.615
Total	**8.537.435**	7.940.324

As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação.

O saldo dos compromissos contingentes de crédito, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Compromissos contingentes de crédito	**948.259**	**1.202.828**	**2.112.969**	**3.142.894**	**1.053.097**	**77.388**	**8.537.435**
Total - 2015	**948.259**	**1.202.828**	**2.112.969**	**3.142.894**	**1.053.097**	**77.388**	**8.537.435**
Total - 2014	612.515	1.294.153	1.692.387	2.921.557	1.395.549	24.163	7.940.324

Notas Explicativas

11. Outros ativos

As composições de outros ativos estão assim demonstradas:

	2015	2014
Créditos tributários (Nota 17)	**352.192**	102.506
Carteira de câmbio	**-**	19.964
Negociação e intermediação de valores	**347.322**	64.286
Devedores por depósitos em garantia	**109.716**	112.617
Outros valores e bens	**36.782**	14.319
Despesas Antecipadas	**8.879**	7.160
Outros	**2.214**	2.416
Total	**857.105**	323.268

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

12. Captações

A composição das captações está assim demonstrada:

	2015	2014
Depósito à vista	**69.277**	82.780
Depósitos interfinanceiros	**319.200**	452.079
Depósitos a prazo	**4.205.719**	4.259.536
Operações compromissadas	**67.198**	25.070
Letras de créditos imobiliários - LCI	**1.010.443**	632.126
Letras de créditos do agronegócio - LCA	**1.566.839**	1.535.017
Letras financeiras - LF	**2.340.412**	2.906.857
Títulos e valores mobiliários no exterior	**138.218**	217.121
Certificados de operações estruturadas	**1.280**	400
Relações interdependências	**18.530**	13.644
Obrigações por empréstimos no exterior (1)	**4.371.543**	2.733.065
Obrigações por repasses no País	**2.199.974**	2.229.867
Obrigações por repasses no exterior (2)	**1.372.690**	346.250
Dívida subordinada (Nota 13) (2)	**1.712.154**	1.319.024
Total	**19.393.477**	16.752.836

(1) Em 22 de março de 2013, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão de notas seniores no valor de R$ 250 milhões com vencimento em março de 2016 e juros anuais de 8,50%, pagos semestralmente.

(2) As captações por repasses no exterior e dívidas subordinadas utilizadas como *hedge* de valor justo estão demonstradas nas notas explicativas 8 (a) e 12, respectivamente.

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, letras de créditos imobiliários (LCI), letras de créditos do agronegócio (LCA) e letras financeiras (LF) são efetuadas a taxas normais de mercado.

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

Notas Explicativas

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto à órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

As composições dos saldos das captações - repasses do exterior em 31 de dezembro de 2015 estão assim demonstradas:

	2015
Captações - Repasses do exterior	
Objeto de "Hedge accounting"	
Valor do principal (US$ 100 milhões)	**390.420**
Valor do principal (US$ 40 milhões)	**156.168**
Juros provisionados	**2.333**
Subtotal	**548.921**
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting")	**2.305**
Total	**551.226**
Outras Captações - Repasses do exterior	**821.464**
Total	**1.372.690**

As captações em dívida subordinada não objeto de *hedge*, são mensuradas ao custo amortizado de acordo com Nota 3 item IX. O saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 541.699 (R$ 426.321 em 2014).

13. Dívida subordinada

As composições do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão assim compostos:

	2015	2014
i) Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 251,2 milhões)	**1.092.554**	892.703
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 19,9 milhões)	**77.901**	-
Subtotal	**1.170.455**	892.703
ii) Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	**212.074**	145.678
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 79,8 milhões)	**329.625**	280.643
Subtotal	**541.699**	426.321
Total dívidas subordinadas	**1.712.154**	1.319.024

Notas Explicativas

O saldo das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2015 e 2014 é assim composto:

	2015	2014
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal (US$ 251,2 milhões)	**981.073**	796.860
Valor do principal (US$ 19,9 milhões)	**77.901**	-
Juros provisionados	**19.966**	14.293
Deságio	**(2.367)**	(2.365)
Subtotal	**1.076.573**	808.788
Despesa de captação diferida	**(3.991)**	(5.721)
Resultado do *hedge accounting* diferido (1)	**93.781**	1.180
Deságio	**(4.734)**	(4.728)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	**8.826**	93.184
Total	**1.170.455**	892.703

Instrumentos financeiros acionados pelo "*reset"* amortizados pelo prazo remanescente da dívida subordinada.

	2015	2014
Outras dívidas subordinadas		
Notas subordinadas no exterior (US$ 79,8 milhões)	**311.603**	265.620
Ágio	**12.921**	10.845
Despesa de captação diferida	**(476)**	(587)
Juros provisionados	**5.577**	4.765
Total	**329.625**	280.643

A captação de recursos no exterior, objeto de *hedge accounting*, no valor de US$ 300 milhões com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no exterior no valor de US$ 100 milhões, com mesmo vencimento e taxas de juros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 49.002. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 43.858.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R$ 212.074 (R$ 145.678 em 2014), referente a captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até dezembro de 2022 com taxa de juros de 8,3% a 9,3% + IPCA, 2,7% a 3,0% + CDI e CDI de 119,0% a 126 %.

Todas as captações em dívida subordinadas estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.192/13 a comporem o nível II do Patrimônio de Referência do Banco - PR, exceto o valor do ágio na captação de outras dívidas subordinadas no valor de R$ 12.921.

Notas Explicativas

14. Passivos tributários

As composições dos passivos tributários estão assim demonstradas:

	2015	2014
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 17)	**160.490**	74.114
Impostos e contribuições a recolher	**42.561**	41.227
Provisão para riscos cíveis, fiscais e obrigações legais	**31.735**	13.629
Total	**234.786**	128.970

15. Outros passivos

a) As composições de outros passivos estão assim demonstradas:

	2015	2014
Obrigações por operações vinculadas às cessões	**5.367**	36.254
Carteira de câmbio	**92.845**	-
Provisão para pagamentos a efetuar	**64.734**	58.432
Provisão para passivos contingentes	**9.635**	6.107
Receitas de exercícios futuros (comissões sobre fianças)	**29.575**	26.921
Negociação e intermediação de valores	**259.597**	71.180
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	**3.346**	1.024
Sociais e estatutárias	**63.784**	50.436
Outros	**177**	68
Total	**529.060**	250.422

O saldo da carteira de câmbio é representado principalmente por adiantamentos recebidos de clientes para liquidação de operações e por diferenças de taxas de câmbio a pagar decorrentes de operações de câmbio comprado e vendido a liquidar.

A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a pagar, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

Notas Explicativas

16. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

			2015		2014	
Operações / Partes relacionadas	**Grau de relação**	**Prazos até**	**Ativo/ (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**
Depósitos à vista						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	**(12)**	**-**	(73)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	29/01/2016	**(645)**	**-**	-	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	13/01/2016	**(1.901)**	**-**	(1.354)	(34)
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016	**(173.754)**	**(4.854)**	(295.139)	(3.941)
Administradores		Diversos	**(31.699)**	**(2.367)**	(29.641)	(1.912)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	17/08/2017	**(420.179)**	**(687)**	(109.698)	(4.053)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	11/02/2016	**(39.019)**	**-**	(59.667)	-

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

b) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil, dos últimos 20 pregões do exercício.

A entrega das ações referentes à remuneração variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão assim compostos:

	2015	2014
Remuneração Fixa	**18.695**	16.711
Remuneração Variável	**27.153**	25.147
Total de benefícios de curto prazo	**45.848**	41.858
Remuneração baseada em ações	**29.513**	25.363
Total de benefícios de longo prazo	**29.513**	25.363
Total	**75.361**	67.221

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

Notas Explicativas

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 16.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2014	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2015
1º	30/08/2012 - 30/08/2015	236.283	**-**	**(236.283)**	**-**
2º	08/02/2013 - 08/02/2015	227.253	**-**	**(227.253)**	**-**
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.253	**-**	**-**	**227.253**
3º	30/08/2013 - 30/08/2015	272.635	**-**	**(272.635)**	**-**
3º	30/08/2013 - 30/08/2016	272.635	**-**	**-**	**272.635**
4º	28/11/2013 - 28/11/2015	10.610	**-**	**(10.610)**	**-**
4º	28/11/2013 - 28/11/2016	10.610	**-**	**-**	**10.610**
5º	25/02/2014 - 25/02/2015	281.988	**-**	**(281.988)**	**-**
5º	25/02/2014 - 25/02/2016	281.988	**-**	**-**	**281.988**
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	**-**	**-**	**281.988**
6º	29/08/2014 - 29/08/2015	225.435	**-**	**(225.435)**	**-**
6º	29/08/2014 - 29/08/2016	225.435	**-**	**-**	**225.435**
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.435	**-**	**-**	**225.435**
7º	26/02/2015 - 26/02/2016	-	**295.161**	**-**	**295.161**
7º	26/02/2015 - 26/02/2017	-	**295.161**	**-**	**295.161**
7º	26/02/2015 - 26/02/2018	-	**295.161**	**-**	**295.161**
8º	20/08/2015 - 20/08/2016	-	**311.546**	**-**	**311.546**
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	-	**311.546**	**-**	**311.546**
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	-	**311.546**	**-**	**311.546**
Total		2.779.548	**1.820.121**	**(1.254.204)**	**3.345.465**

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício são demonstradas a seguir:

	2014	Adições	Baixas	2015
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros	44.801	**152.969**	**(90.210)**	**107.560**
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	47.345	**190.523**	**(15.136)**	**222.732**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	7.164	**12.467**	**(6.229)**	**13.402**
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	3.196	**8.426**	**(3.124)**	**8.498**
	102.506	**364.385**	**(114.699)**	**352.192**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(61.197)	**(143.453)**	**62.144**	**(142.506)**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(7.623)	**(12.670)**	**5.681**	**(14.612)**
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(2.769)	**(1.355)**	**2.763**	**(1.361)**
Outros	(2.525)	**(314)**	**828**	**(2.011)**
	(74.114)	**(157.792)**	**71.416**	**(160.490)**
Saldo líquido	28.392	**206.593**	**(43.283)**	**191.702**

A apuração das despesas com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstradas a seguir:

	2015	2014
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	**217.989**	370.065
Resultado abrangente (variação cambial sobre investimentos no exterior)	**20.394**	6.397
Total Resultado	**238.383**	376.462
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	**106.568**	138.946
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no exercício	**164.370**	(3.159)
Efeito do aumento da alíquota da CSLL no crédito tributário	**(26.661)**	-
Despesas não dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	**(154.817)**	(52.834)
Juros sobre o capital próprio (Nota 24b)	**(56.937)**	(39.155)
Outros valores	**(37.314)**	(18.236)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**(4.791)**	25.562
Impostos e contribuições diferidos		
Passivos fiscais constituídos no exercício	**156.437**	28.952
Passivos fiscais realizados no exercício	**(68.653)**	(10.138)
Créditos tributários constituídos no exercício	**(355.959)**	(94.103)
Créditos tributários realizados no exercício	**111.575**	93.972
Total dos impostos e contribuições diferidos	**(156.600)**	18.683
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**(161.391)**	44.245
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente (Variação cambial sobre investimentos no exterior)	**(9.177)**	(2.559)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social considerando o imposto e contribuição sobre o resultado abrangente	**(170.568)**	41.686

Notas Explicativas

18. Participações nos lucros

A provisão para participação nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

19. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 3(n) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 9.786.

Imposto sobre serviços ("ISS")

Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003 e 2008 a 2011. Tais valores correspondem a R$ 5.906.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R$ 167.860.

Compensações não homologadas

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R$ 3.232.

Notas Explicativas

IRPJ/CSSL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSSL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R$ 4.468.

IRPJ/CSSL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 a 2011

Trata-se de cobrança de IRPJ e CSSL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R$ 60.378.

b) *Obrigações legais*

Existem ainda exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, cuja principal discussão é descrita a seguir:

ISS - Imposto sobre serviços

Mandado de segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avais e fianças relativo ao período de 2007 a 2015 no valor de R$ 43.964.

c) *Contingências trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco era parte do polo passivo em 57 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R$ 9.635. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações.

d) *Contingências cíveis*

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, perfazendo um valor total de R$ 7.593, consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis.

e) *Movimentação das provisões constituídas*

	Trabalhistas		Fiscais	Cíveis
No início do exercício	6.107		13.399	230
Constituição	**4.115**		**18.041**	**65**
Baixa	**(587)**		**-**	**-**
No final do exercício	**9.635**	**(a)**	**31.440**	**295**

(a) vide Nota 19.c

Notas Explicativas

20. Resultados de comissões e serviços

Os resultados de comissões e serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014, estão assim demonstrados:

	2015	2014
Rendas de garantias prestadas	**150.537**	130.868
Rendas de cobrança	**10.375**	11.241
Rendas de tarifas bancárias	**8.037**	6.410
Rendas de comissões e colocação de títulos	**21.250**	20.277
Rendas de outros serviços	**8.887**	8.242
	199.086	177.038

21. Resultados líquidos de ativos e passivos financeiros

Os resultados líquidos de ativos e passivos financeiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014, estão assim demonstrados:

	2015		
	Valor justo por meio do resultado	**Disponíveis para venda**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	**1.163.537**	**-**	**1.163.537**
Títulos e valores mobiliários	**156.269**	**292.130**	**448.399**
Captações - Repasses no exterior	**(150.096)**	**-**	**(150.096)**
Dívida subordinada	**(434.580)**	-	**(434.580)**
Total	**735.130**	**292.130**	**1.027.260**

	2014		
	Valor justo por meio do resultado	**Disponíveis para venda**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	**197.521**	**-**	**197.521**
Títulos e valores mobiliários	**90.610**	**195.557**	**286.167**
Dívida subordinada	**(119.893)**	-	**(119.893)**
Total	**168.238**	**195.557**	**363.795**

22. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas (despesas) operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014, estão assim demonstradas:

	2015	2014
Atualização depósito judicial	**7.309**	6.462
Impostos sobre receitas operacionais - PIS / COFINS / ISS	**(34.164)**	(37.088)
Outras receitas (despesas)	**(14.783)**	(6.913)
Atualização de impostos e contribuições	**(165)**	(109)
Despesa de contribuição FGC	**(7.770)**	(6.670)
Constituição de provisões	**(21.634)**	5.253
Total	**(71.207)**	(39.065)

Notas Explicativas

23. Outras despesas

As outras despesas, nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014, estão assim demonstradas:

	2015	2014
Serviços técnicos especializados	**(14.862)**	(11.423)
Serviços de terceiros	**(5.852)**	(4.808)
Serviços do sistema financeiro	**(11.102)**	(10.508)
Outras despesas administrativas	**(7.038)**	(6.517)
Processamento de dados	**(10.153)**	(9.576)
Despesas de transporte	**(451)**	(423)
Despesas tributárias	**(3.635)**	(3.130)
Total	**(53.093)**	(46.385)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é representado por 164.891.422 ações nominativas (154.767.481 em 2014), escriturais e sem valor nominal, sendo 82.796.043 ações ordinárias (77.571.835 em 2014) e 82.095.379 ações preferenciais (77.195.646 em 2014).

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
26/06/2015	**62.047**	**24.819**
28/12/2015	**73.971**	**32.118**
Total - 2015	**136.018**	**56.937**
27/06/2014	47.766	19.106
23/12/2014	50.122	20.049
Total - 2014	97.888	39.155

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Notas Explicativas

c) Lucro por ação

i) Básico

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 24 e).

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	**388.557**	328.379
Quantidade média ponderada de ações	**155.364.366**	147.572.508
Lucro básico por ação (em reais)	**2,50**	2,23

ii) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	**388.557**	328.379
Quantidade média ponderada de ações	**157.053.822**	149.191.053
Lucro diluído por ação (em reais)	**2,47**	2,20

d) Destinação dos lucros

i) *Reserva de lucros - Reserva legal*

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2015 apresenta o montante de R$ 19.428 (R$ 16.419 em 2014).

ii) *Reserva de lucros - Equalização de dividendos*

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados apurados no balanço individual do Banco, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

iii) *Reserva de Lucros - Recompra de ações*

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 2.129.406 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R$ 53.322 equivalente à 5.127.842 ações preferenciais (R$ 45.168 equivalente a 4.252.640 em 2014). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R$ 10,40.

Movimentação das ações em tesouraria:

	2015	2014
No início do exercício	**4.252.640**	3.318.318
Recompra	**2.129.406**	1.681.100
Ações entregues	**(1.254.204)**	(746.778)
No final do exercício	**5.127.842**	4.252.640

f) Aumento de capital

Em 08 de abril de 2014, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R$ 37.065, correspondente a emissão de 3.810.370 novas ações, sendo 1.951.267 novas ações ordinárias e 1.859.103 novas ações preferenciais mediante a utilização dos juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro deliberado pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2013.

Em 25 de setembro de 2014, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R$ 40.601, correspondente a emissão de 3.724.462 novas ações, sendo 1.922.922 novas ações ordinárias e 1.801.540 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro deliberado pelo Conselho de Administração em 03 de setembro de 2014.

Em 23 de dezembro de 2014 foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R$ 42.603, aprovado em 09 de março de 2015 pela Administração, correspondente à emissão de 4.159.432 novas ações, sendo 2.143.674 novas ações ordinárias e 2.015.758 novas ações preferenciais. Foi integralizado com a utilização dos juros sobre capital próprio e também em espécie. Em 08 de abril de 2015 o Banco Central do Brasil homologou o referido aumento de capital, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2015.

Em 20 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de lucros - Equalização de dividendos”, sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R$ 692.942, homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de junho de 2015.

Notas Explicativas

Em 30 de julho de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Capital - Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais”, sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R$ 268, homologado pelo Banco Central do Brasil em 01 de setembro de 2015.

Em 10 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R$ 52.740, correspondente a emissão de 5.964.509 novas ações, sendo 3.080.534 novas ações ordinárias e 2.883.975 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de outubro de 2015.

Em 28 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 62.875, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados.

25. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O total de ativos mitigados por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 2.479 (R$ 12.177 em 2014).

Notas Explicativas

26. Gestão de riscos

Risco corporativo

Objetivos

O Banco entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco.

Para tanto, mantém estruturas dedicadas às atividades de gestão de risco, que avaliam, monitoram e informam tanto o risco assumido, quanto o apetite de risco da organização, propondo medidas que reforcem a execução dos processos, corrijam falhas e coíbam práticas não condizentes com os padrões exigidos. Destarte, objetiva também atender às Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 4.090/12 e 4.327/14 do Conselho Monetário Nacional, que regem as atividades das estruturas de gestão de risco operacional, de mercado, de crédito e de liquidez e o arcabouço de responsabilidade socioambiental, respectivamente.

O arcabouço desenvolvido orienta-se para a realização de objetivos que são atingidos por meio de ações que permitam:

- Alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- Tomar decisões em resposta aos riscos;
- Reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- Identificar e administrar riscos inerentes aos empreendimentos;
- Fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- Aproveitar as oportunidades; e
- Melhorar a alocação de capital.

A Gestão do Risco Corporativo é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada na Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito e na Auditoria.

Governança

O Banco, empresa de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, no nível II, considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro de padrões éticos aceitos e recomendados.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal (caráter não permanente), além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada e outros comitês operacionais, como o Comitê de Crédito e o Comitê Financeiro.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

As políticas de gestão de risco estão divulgadas em página interna (intranet), onde as normas estão publicadas e acessíveis a todos os colaboradores do Banco.

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por manter estruturas especializadas para a concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade de Comitês de Crédito até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração. A avaliação dos clientes e grupos econômicos e da adequação das linhas de crédito é responsabilidade da Diretoria de Análise de Crédito.

O Banco conta com suporte das Áreas de Administração de Crédito para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

O modelo de negócio do Banco ABC Brasil, focado em empréstimos, financiamentos, prestação de garantias e instrumentos derivativos com clientes de médio e grande porte, conta com uma estrutura que se incumbe de todo o ciclo da gestão de crédito, incluindo de forma não exaustiva:

- Avaliação de novos clientes;
- Revisão de créditos já concedidos;
- Avaliação de novos produtos;
- Adequação dos produtos a seus clientes-alvo;
- Acompanhamento de concentrações;
- Liberação de operações dentro das condições aprovadas;
- Identificação tempestiva de debilidade na situação econômico-financeira de clientes;
- Análise do impacto de mudanças conjunturais na qualidade da carteira;
- Adequação das garantias prestadas por clientes;
- Cobrança dos valores devidos;
- Ações, amigáveis ou não, de cobrança; e
- Administração das garantias coletadas.

Notas Explicativas

Critérios de gestão de crédito

A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico e regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos, quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para as pessoas, áreas e comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias, levando em conta as condições de mercado, as perspectivas macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;
- O risco de crédito é avaliado tanto pelos seus próprios méritos, quanto pelo efeito mitigador de garantias; também se avalia a efetividade da transferência de risco de crédito;
- Os limites são estabelecidos por cliente e por grupo financeiro para todas as exposições de risco de crédito, incluindo risco de contraparte, liquidação (settlement) e emissor, tanto das carteiras de negociação, quanto de não negociação;
- Há processos e ferramentas específicas para a administração das carteiras de crédito e para o monitoramento individual dos clientes, incluindo a determinação adequada de provisões e reservas, e processos de atribuição e acompanhamento de rating;
- Há mecanismos de monitoramento dos riscos, da qualidade e da concentração das carteiras, que são usados na elaboração de cenários de estresse e de relatórios específicos;
- O risco de contraparte advindo de alterações nas variáveis de risco de mercado é identificado e sujeito a análises periódicas;
- Existe um processo formalizado de tratamento de créditos problemáticos, indicando responsáveis e a classificação dos casos de acordo com o estágio de cobrança;
- Todas as posições sujeitas a risco de crédito são acompanhadas, incluindo aquelas fora do balanço (‘off balance’), que são registradas pelo risco atribuído, levando em conta a probabilidade e o impacto da materialização do direito de recebimento do banco;
- Linhas de crédito de grande porte são aprovadas pelo Comitê de Risco do Conselho, que define também as alçadas da Administração local;
- Créditos proibidos constam de lista específica e seguem as políticas de prevenção a lavagem de dinheiro;
- Produtos novos são analisados levando-se em conta tanto o risco que traz ao banco, quanto ao cliente, de acordo com suas necessidades e sofisticação;
- As áreas envolvidas na gestão e monitoramento do risco de crédito são independentes das áreas de negócio e contam com a estrutura necessária para a execução de suas atividades; e

Notas Explicativas

- A verificação independente dos créditos é feita regularmente por trabalhos de auditoria, que são encaminhados ao Conselho de Administração, à Diretoria Executiva e ao Comitê de Auditoria.

Rating

O Banco ABC Brasil trabalha com uma escala de *rating* aplicada aos clientes, complementada pelo *rating* de cada operação individual. A primeira advém de fatores quantitativos e qualitativos referentes ao cliente e levam em conta o setor, a qualidade da gestão, o posicionamento no mercado, o suporte de controladores, a qualidade das informações disponíveis e os números dos demonstrativos financeiros. Para o *rating* da operação, considera-se adicionalmente o efeito das garantias associadas.

Monitoramento de crédito

O monitoramento dos créditos é feito de forma constante por área dedicada, que acompanha o comportamento das carteiras de crédito e das garantias, bem como informações de terceiros, como bureaux de crédito. A atividade é suportada por sistemas específicos.
Revisão de crédito

Existe área específica de Revisão de Crédito com a dupla missão de verificar a qualidade das análises e de proceder com uma avaliação intermediária durante o período de vigência das linhas. Tal área é independente da Diretoria de Análise de Crédito.

Monitoramento de uso de limite de crédito e garantias

O enquadramento das exposições de crédito é monitorado constantemente por área e sistemas dedicados. O mesmo é válido para as garantias, que conta também com equipe especializada para o acompanhamento do grau de cobertura. O Comitê de Garantias reúne-se com o objetivo de discutir, reportar e solucionar problemas de deficiência ou qualidade das garantias aportadas.

Risco atribuído

As operações de derivativos utilizam as linhas de crédito aprovadas especificamente para elas em montantes relacionados a uma proporção do valor nocional. Esta decorre do prazo da operação e da volatilidade dos fatores de risco envolvidos. O recálculo diário garante que choques de volatilidade, valores pagos e redução do prazo sejam levados em consideração.

Processo de recuperação de crédito

O Banco conta também com uma estrutura dedicada com processos específicos para recuperação ágil dos créditos em inadimplemento. As áreas de Crédito, Comercial, Jurídica, além dos Comitês de Crédito e das Vice-Presidências, são diretamente envolvidas e a resolução dos problemas é monitorada dentro das especificidades de cada caso.

Notas Explicativas

Responsabilidade dos comitês

- *Comitê de Risco do Conselho*: responsável pela aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito e pelas de linhas acima da alçada dos Comitês de Crédito locais;
- *Comitês de Crédito*: responsáveis pela aprovação dos créditos para os clientes até sua alçada e pela ratificação do *rating* atribuído aos clientes e às operações - toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros, que inclui os gestores das áreas de Análise de Crédito, Comercial e a Presidência e Vice-Presidênc*ias;*
- *Comitê de Operações Sindicalizadas: responsável pela aprovação dos limites para operações de subscrição;*
- *Comitê de PDD*: discute e valida as atribuições de valores de provisionamento para todas as operações do banco, reavaliando também o *rating* por conta da faixa de atraso, garantias aportadas, ou fatos relevantes que impactem a capacidade de repagamento do cliente; e
- *Outros Comitês*: Comitê de Garantias e Comitê de BNDU.

Concentração de crédito

a) <u>*Concentração setorial*</u>

O acompanhamento gerencial da concentração setorial é baseado em classificação que leva em conta o grau de correlação das atividades de cada setor com o ciclo econômico levando-se em conta as necessidades e a realidade do Banco. A exposição é monitorada pelas áreas de Gestão de Risco, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tanto para a carteira do segmento Corporate, quanto do segmento Empresas.

2015	Total		Corporate		Empresas	
(Valores em R$ milhões)	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Indústria de base	**2.726**	**13,03**	**2.434**	**13,40**	**292**	**10,56**
Indústria de transformação	**911**	**4,35**	**741**	**4,08**	**170**	**6,15**
Construção e transporte	**3.876**	**18,52**	**3.141**	**17,30**	**735**	**26,57**
Consumo não cíclico	**5.629**	**26,90**	**4.914**	**27,06**	**715**	**25,85**
Consumo cíclico	**1.574**	**7,52**	**1.068**	**5,88**	**506**	**18,29**
Tecnologia da informação	**217**	**1,04**	**189**	**1,04**	**28**	**1,01**
Telecomunicações e utilidades	**2.571**	**12,28**	**2.536**	**13,96**	**35**	**1,26**
Financeiro	**2.720**	**13,00**	**2.616**	**14,41**	**104**	**3,76**
Pessoa física	**238**	**1,14**	**144**	**0,79**	**94**	**3,40**
Outros	**464**	**2,22**	**377**	**2,08**	**87**	**3,15**
Total	**20.926**	**100,00**	**18.160**	**100,00**	**2.766**	**100,00**

Notas Explicativas

2014	Total		Corporate		Empresas	
(Valores em R$ milhões)	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Indústria de base	2.506	12,43	2.191	12,55	315	11,61
Indústria de transformação	886	4,39	690	3,95	196	7,22
Construção e transporte	3.930	19,49	3.143	18,01	787	29,01
Consumo não cíclico	4.968	24,63	4.333	24,83	635	23,41
Consumo cíclico	1.345	6,67	917	5,25	428	15,78
Tecnologia da informação	176	0,87	160	0,92	16	0,59
Telecomunicações e utilidades	1.884	9,34	1.844	10,56	40	1,48
Financeiro	2.678	13,28	2.555	14,64	123	4,53
Pessoa física	159	0,79	141	0,81	18	0,66
Outros	1.635	8,11	1.480	8,48	155	5,71
Total	20.167	100,00	17.454	100,00	2.713	100,00

A atividade principal do Banco são créditos a empresas de médio e grande porte no Brasil. A exposição ao risco de outros países não é relevante.

b) *Concentração de risco de crédito por classe de instrumento financeiro*

	(Valores em R$ milhões)	
	2015	2014
Valor a receber de bancos	**5.778**	3.587
Instrumentos financeiros	**4.404**	3.071
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**12.390**	12.227
Subtotal	**22.572**	18.885
Garantias prestadas e responsabilidades	**8.537**	7.940
Total	**31.109**	26.825

Qualidade da carteira de crédito

A carteira de empréstimos e adiantamentos à clientes por qualidade de crédito está representada abaixo. São considerados créditos de alta qualidade aqueles classificados entre os ratings 1 a 5. O rating 6 apresenta qualidade padrão. Aqueles situados entre 7 e 11 qualificam-se como sub padrão. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a carteira classificada como sub padrão era coincidente com aquela em que a administração identifica a probabilidade de problema de redução no valor recuperável.

	(Valor em R$ milhões)	
	2015	2014
Alta qualidade	**10.506**	10.542
Qualidade padrão	**1.358**	1.280
Qualidade sub padrão	**404**	318
Créditos em atraso	**122**	87
Total	**12.390**	12.227

Notas Explicativas

Cobertura de garantias:

A carteira total de operações de credito totaliza R$ 20.927 milhões em 31 de dezembro de 2015 (R$ 20.167 milhões em 2014), sendo que 61,11% dessa carteira não possuem garantias. Para a parcela de R$ 8.140 milhões ou 38,89% da carteira, o Banco possui garantias reais contratadas (principalmente composta por alienação fiduciária de bens, recebíveis e imóveis) no total de R$ 8.537 milhões (R$ 7.940 milhões em 2014).

Risco de liquidez

Descrição

O risco de liquidez apresenta-se basicamente de duas formas:

- *Risco de funding*: relativo ao acesso a fundos para honrar obrigações ou expansão das atividades; apresenta uma componente temporal definida pela ocorrência de desequilíbrios entre entrada e saídas de recursos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações; e

- *Risco de liquidez de mercado*: relativo à capacidade de atuar nos mercados, sem provocar grandes deslocamentos de preço ou taxa.

A gestão do risco de liquidez é exercida pelo Comitê Financeiro, composto pelo Presidente e Vice-Presidentes Executivos e os gestores da Tesouraria, Gestão de Riscos, Captação e Planejamento Financeiro. A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra dentro dos limites determinados para sua atuação a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos temporais entre entradas e saídas. Conta com o suporte da Área de Gestão de Risco, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez no presente e futuro e da Área de Planejamento Financeiro, que concentra as informações para o controle das posições de caixa. Os relatórios diários gerados são enviados à Tesouraria, à Diretoria Executiva e à Auditoria Interna. Semanalmente, o Comitê Financeiro reavalia a estratégia para o período seguinte.

Notas Explicativas

Ferramentas

- *Colchão de liquidez*: a posição de caixa deve ser suficiente para suportar uma situação de estresse severo pelo tempo necessário para atitudes tomadas fazerem efeito. O Comitê Financeiro define tal período em número de meses e garante que o caixa se mostre superior ao valor calculado. O modelo leva em conta os passivos vincendos, resgate de aplicações, perda de valor de títulos públicos, chamada de margens, a taxa de renovação de ativos e outros;

- *Mapa de fluxo de caixa*: indica a evolução da posição de caixa em faixas de tempo, servindo para avaliação do comportamento por produto ou tipo de cliente e a adequação do perfil temporal das captações para financiar as carteiras ativas do banco;

- *Limites*: instrumento para garantir que não haja concentração em investidores, períodos ou uma combinação de ambos; e

- *Plano de contingência de liquidez*: plano que indica as ações a serem tomadas na gestão das carteiras, nas atividades da Tesouraria, na elaboração de relatórios, na gestão de crise e outras situações; considera diferentes cenários e, em cada um deles, diversos graus de severidade.

Ferramentas

	2015							
Ativos	Até 30 dias	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Total
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	46.781	-	-	-	-	-	-	46.781
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	203.367	83.658	524.179	138.812	1.250.114	106.870	-	2.307.000
Títulos e valores mobiliários	-	-	119.685	108.574	1.217.608	105.220	-	1.551.087
Derivativos	203.367	83.658	404.494	30.238	32.506	1.650	-	755.913
Outros Ativos ao valor justo no resultado								
Valores a receber de bancos	5.778.587	-	-	-	-	-	-	5.778.587
Operações compromissadas	4.433.494	-	-	-	-	-	-	4.433.494
Depósitos em bancos privados	1.345.093	-	-	-	-	-	-	1.345.093
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	2.311	11.329	1.034.350	90.235	99.709	-	1.237.934
Títulos e valores mobiliários	-	2.311	11.329	1.034.350	90.235	99.709	-	1.237.934
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	319.923	-	-	-	538.939	-	-	858.862
Títulos e valores mobiliários	319.923	-	-	-	538.939	-	-	858.862
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	1.201.293	1.646.000	1.972.156	2.563.931	4.714.340	291.971	-	12.389.691
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	-	-	-	-	218.849	-	-	218.849
Outros Ativos	857.105	-	-	-	-	-	-	857.105
Imobilizado de uso e intangível	-	-	-	-	-	-	44.255	44.255
Total de Ativos	8.407.056	1.731.969	2.507.664	3.737.093	6.812.477	498.550	44.255	23.739.064

Ferramentas

	2015							
Passivos	Até 30 dias	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Total
Passivos Financeiros para Negociação	238.625	156.421	394.325	88.351	58.728	27	-	936.477
Derivativos	238.625	156.421	394.325	88.351	58.728	27	-	936.477
Outros Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	27.391	3.579	7.761	10.974	1.640.099	31.877	-	1.721.681
Divida Subordinada	27.391	3.579	5.428	10.974	1.091.206	31.877	-	1.170.455
Captações - Repasses no exterior	-	-	2.333	-	548.893	-	-	551.226
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	-	-	-	-	-	11.291	-	11.291
Passivos Financeiros ao custo amortizado								
Captações	3.294.734	2.081.285	2.319.357	5.343.200	4.194.993	438.227	-	17.671.796
Valores a pagar a bancos	2.690.692	1.949.749	1.604.034	3.029.999	1.828.803	-	-	11.103.277
Clientes	604.042	131.536	715.323	2.313.201	1.913.535	349.183	-	6.026.820
Dívida Subordinada	-	-	-	-	452.655	89.044	-	541.699
Outros Passivos	763.846	-	-	-	-	-	-	763.846
Tributários	234.786	-	-	-	-	-	-	234.786
Outros	529.060	-	-	-	-	-	-	529.060
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	2.633.973	2.633.973
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	4.324.596	2.241.285	2.721.443	5.442.525	5.893.820	481.422	2.633.973	23.739.064

Ferramentas

	2014							
Ativos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Caixa e reserva no Banco Central do Brasil	52.967	-	-	-	-	-	-	52.967
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	17.287	65.397	141.798	46.459	572.694	623.482	-	1.467.117
Títulos e valores mobiliários	-	-	102.904	19.150	541.007	622.977	-	1.286.038
Derivativos	17.287	65.397	38.894	27.309	31.687	505	-	181.079
Outros Ativos ao valor justo no resultado	3.587.207	-	-	-	-	-	-	3.587.207
Valores a receber de bancos								
Operações compromissadas	2.374.358	-	-	-	-	-	-	2.374.358
Depósitos em bancos privados	1.212.849	-	-	-	-	-	-	1.212.849
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	8.956	3.631	14.586	673.073	229.221	99.345	-	1.028.812
Títulos e valores mobiliários	8.956	3.631	14.586	673.073	229.221	99.345	-	1.028.812
Ativos Financeiros Mantidos até o vencimento	-	-	-	-	574.788	-	-	574.788
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	574.788	-	-	574.788
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	1.212.374	1.888.729	1.851.748	2.785.491	4.148.528	340.444	-	12.227.314
Derivativos utilizados como hedge de valor justo	-	-	-	-	-	360.613	-	360.613
Outros Ativos	323.268	-	-	-	-	-	-	323.268
Imobilizado de uso e intangível	-	-	-	-	-	-	30.518	30.518
Total de Ativos	5.202.059	1.957.757	2.008.132	3.505.023	5.525.231	1.423.884	30.518	19.652.604

Ferramentas

	2014							
Passivos	**Até 30 dias**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento**	**Total**
Passivos Financeiros para Negociação	20.832	72.754	70.272	43.018	28.571	160	-	235.607
Derivativos	20.832	72.754	70.272	43.018	28.571	160	-	235.607
Outros Passivos Financeiros ao valor justo no resultado	7.201	-	-	-	-	885.502	-	892.703
Divida Subordinada	7.201	-	-	-	-	885.502	-	892.703
Passivos Financeiros ao custo amortizado	1.288.462	2.637.287	3.479.189	4.280.316	3.574.590	600.289	-	15.860.133
Captações	1.288.462	2.637.287	3.479.189	4.280.316	3.574.590	600.289	-	15.860.133
Valores a pagar a bancos	1.198.844	1.607.496	2.553.358	2.322.652	1.493.511	91.022	-	9.266.883
Clientes	74.007	1.029.791	925.831	1.957.664	2.070.578	109.058	-	6.166.929
Dívida Subordinada	15.611	-	-	-	10.501	400.209	-	426.321
Outros Passivos	379.392	-	-	-	-	-	-	379.392
Tributários	128.970	-	-	-	-	-	-	128.970
Outros	250.422	-	-	-	-	-	-	250.422
Patrimônio Líquido	-	-	-	-	-	-	2.284.769	2.284.769
Total de Passivos e Patrimônio Líquido	1.695.887	2.710.041	3.549.461	4.323.334	3.603.161	1.485.951	2.284.769	19.652.604

Notas Explicativas

Risco de mercado

Descrição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. Incluem-se neste conceito os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é exercida utilizando-se de informações internas que a Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle e monitora a exposição das carteiras, provê diariamente à Administração, à Tesouraria e a membros do Comitê Financeiro.

A Área de Gestão de Riscos, adicionalmente, elabora relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, devendo também divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão do risco de mercado e também participar do processo de aprovação de novos produtos ou atividades.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições das carteiras de negociação e de não negociação dentro dos limites determinados para sua atuação. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte, devendo sempre garantir que os limites estejam adequados ao apetite de risco e à conjuntura dos mercados e agir de imediato em caso de desenquadramento.

O apetite de risco é expresso na forma de limites, que são aprovados para cada ano-calendário, ou para períodos mais curtos se necessário; as instâncias aprovadoras são o Comitê Financeiro, o Comitê de Risco de Conselho e o *Asset and Liability Committee* e o *Board Risk Committee* do *Arab Banking Corporation*.

A estrutura de gestão do risco de mercado segue os padrões de governança do Banco. O reporte da Tesouraria é tal que garante independência em relação a outras áreas de negócio. O mesmo se dá com a Vice-Presidência de Gestão de Riscos, que reporta dualmente ao Diretor Presidente e ao Comitê de Risco do Conselho.

Notas Explicativas

Ferramentas

As principais ferramentas usadas na gestão do risco de mercado são:

- *Valor-ao-Risco (VaR ou "Value-at-Risk")*: Indicador que mede o valor em unidades monetárias da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período para um nível de confiança estatístico predeterminado. Pode ser calculado de diversas formas, mas basicamente leva em conta a distribuição de retornos das carteiras. A grande vantagem do indicador é permitir a comparação do risco de classes de ativos diferentes, levar em conta a correlação entre seus retornos e ser uma medida simples para estabelecimento de limites de exposição. Os relatórios diários gerados mostram o cálculo do VaR para os diversos fatores de risco e os diversos prazos (no caso de taxa de juros), ajudando na identificação de concentração de riscos nas carteiras e orientando as ações mais efetivas de gerenciamento da exposição. Posições devidamente hedgeadas, portanto, contribuem pouco para a magnitude do VaR, mesmo em mercados com alta volatilidade. O cálculo baseia-se em um modelo de VaR histórico com janela de observação de um ano, período de retenção de um dia e nível de confiança de 99%. O VaR, porém, como mencionado no item "testes de estresse" abaixo, desconsidera o impacto de eventos extremos, resultante de choques fortes que causem mudanças abruptas de preços e alteração no padrão de correlação de retornos;

- *Análise de sensibilidade (DV01)*: Indicador de renda fixa,mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp *(basis-point)* na estrutura a termo de taxa de juros. Também serve para indicar concentração de risco, levando em conta que o efeito da mudança dos juros é mais acentuado para prazos mais longos;

- *Testes de estresse*: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou hedge das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, já que esta é desconsiderada no cálculo de VaR; e

- *Testes de aferição ("Back-testing")*: Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com as perdas máximas previstas pelo VaR com um dado nível de confiança. Por exemplo, se o VaR for com nível de confiança de 99%, nos restantes 1% das vezes espera-se perda ocorrida maior que o VaR calculado. O objetivo é se verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.

  O valor calculado manteve-se dentro dos limites aprovados e apresentou o comportamento conforme segue:

	Médio	Máximo	Mínimo
2015	**5.071**	**8.538**	**3.219**
2014	3.972	5.668	2.914

O Banco divulga também quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as classes de risco de mercado considerados relevantes pela administração advindos de instrumentos financeiros, em atendimento a instrução de autoridades reguladoras (Instrução CVM nº 475). O quadro abaixo demonstra, na avaliação da administração, tanto o cenário mais provável, quanto dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em

Notas Explicativas

contratos e a alocação de capital segundo as regras de Basiléia II. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nestas mesmas variáveis. Tomou-se como base para a análise de cenários a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxa de juros e de câmbio em 31 de dezembro de 2015.

	Exposição		
	Cenário Provável	**Cenário II**	**Cenário III**
i) Taxa de Juros			
Exposição liquida de Juros Prefixados (Pjur1)	**2.789**	**27.286**	**57.544**
Exposição liquida de Cupons de moeda (Pjur2)	**46.299**	**46.462**	**46.619**
Exposição liquida de Cupons de índices (Pjur3)	**21.199**	**24.237**	**26.835**
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)	**70.287**	**97.985**	**130.998**
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio	**1.790**	**4.473**	**8.946**

Com respeito ao risco de taxa de juros da Carteira de Não negociação (Banking Book), o Banco aplica testes para garantir que a alocação de capital seja também suficiente para a cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, em 31 de dezembro de 2015, demonstravam uma exposição de R$ 64.959. Este resulta cálculo de um choque de taxa de juros aplicado a esta carteira. Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita logo anteriormente.

Descrição

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica de risco e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte da Área Jurídica.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas operacionais, de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

Metodologia

O modelo de gestão do Risco Operacional prevê:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional por meio de instrumentos e sistemas de gestão;
- Mapeamento de processos de forma padronizada e organizada com base na estrutura da organização;

Notas Explicativas

- Mapeamento de risco e controles estruturado de forma sistemática para cada processo mapeado (Matriz de Risco e Controle);
- Avaliação dos riscos e controles de acordo com metodologia interna da instituição e suporte de sistema eletrônico dedicado;
- Indicadores-chave de risco;
- Bases de dados de perdas e de incidentes de risco operacional; e
- Comunicação do risco operacional através dos instrumentos de gestão, sistemas ou fóruns específicos.

27. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2015 apurado com base no conglomerado prudencial é de 16,18% e seria de 16,06% com base no consolidado financeiro (14,39% em 2014). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	2015	2014
Risco de crédito	**1.996.397**	2.078.537
Taxas de juros	**70.287**	46.968
Commodities	**17.843**	4.498
Risco operacional	**85.242**	84.230
Cambial	**17.891**	2.791
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**2.187.660**	2.217.024
Patrimônio de Referência - PR	**3.217.732**	2.900.314
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**1.030.072**	683.290

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 22).

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

I Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2015, corresponde a aproximadamente 100%.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2016.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados.

Notas Explicativas

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 – Redução ao valor recuperável de ativos;
Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do fluxo de caixa;
Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre partes relacionadas;
Resolução nº 3.823/09 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
Resolução nº 3.973/11 – Evento subsequente;
Resolução nº 3.989/11 – Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; e
Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento conceitual básico.

A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) *Critérios de avaliação dos ativos*

As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados como segue:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Notas Explicativas

b) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original inferior a 90 dias.

c) *Critérios de avaliação dos passivos*

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço.

d) *Hedge Accounting*

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de instrumentos de dívida subordinada de longo prazo e obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total (“hedge” de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de “hedge accounting”, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na Notas 5.b, 14.b e 15.c respectivamente.

Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação (“Trading Book”) e das carteiras de não negociação (“Banking Book”) não possuem política específica para proteção (“Hedge Accounting”). Os riscos de tais carteiras são mitigadas por instrumentos financeiros diversos (Nota 5.b).

e) *Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo*

Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo.

f) *Apuração das receitas e despesas*

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária.

g) *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Notas Explicativas

- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

h) *Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

i) *Imposto de Renda e Contribuição Social*

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, com um adicional de 10% incidente sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 mil para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 20%.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, fruto da conversão da medida provisória nº 627/13, que altera a legislação tributária federal sobre IR, CS, PIS e COFINS. A referida lei dispõe sobre diversos assuntos e em especial sobre:

i. A revogação do regime tributário de transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

ii. A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

iii. Reabertura do parcelamento da Lei nº 11.941/09 e instituição de novo parcelamento especial de Contribuição para o PIS e COFINS da Lei nº 9.718/98.

O novo regime tributário previsto na Lei nº 12.973/14 passou a vigorar a partir de 2015 e não existem impactos relevantes na organização.

Em 22 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675, que eleva de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a partir de 1º de setembro de 2015.

Notas Explicativas

j) *Lucro por ação*

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
Disponibilidades	**46.655**	51.687
Aplicações financeiras de liquidez	**4.920.165**	2.880.431
Aplicações em moedas estrangeiras	**945.744**	788.071
Outras operações com vencimentos de até 90 dias	**3.974.421**	2.092.360
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.966.820**	2.932.118

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento até março de 2016, no montante de R$ 4.433.464 (R$ 2.374.357 em 2014), as aplicações em moedas estrangeiras de um dia útil, no montante de R$ 945.745 (R$ 788.071 em 2014) e as aplicações em depósitos interfinanceiros até março de 2017, no montante de R$ 400.294 (R$ 436.955 em 2014).

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são demonstradas como segue:

	2015				2014	
	Banco		Consolidado		Banco	Consolidado
	Custo	Mercado / Contábil	Custo	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil	Mercado / Contábil
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**993.882**	**993.452**	**1.119.711**	**1.119.258**	867.460	988.132
Eurobônus	**142.711**	**135.839**	**142.711**	**135.839**	31.992	31.992
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	**136.619**	**136.351**	**136.619**	**136.351**	8.887	8.887
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	**53.036**	**53.036**	**73.228**	**73.228**	21.760	21.760
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	**-**	**-**	**-**	**-**	23.825	23.825
Debêntures (b)	**100.930**	**86.410**	**100.930**	**86.410**	108.538	108.538
Notas Promissórias - NP	**-**	**-**	**-**	**-**	102.904	102.904
Subtotal - Títulos para negociação	**1.427.178**	**1.405.088**	**1.573.199**	**1.551.086**	1.165.366	1.286.038
Títulos disponíveis para venda (c)						
Eurobônus	**28.538**	**23.082**	**28.538**	**23.082**	26.584	26.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	**-**	**-**	**-**	**-**	52.461	52.461
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	**100.150**	**95.719**	**100.150**	**95.719**	69.011	69.011
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	**-**	**-**	**28.487**	**28.487**	-	40.296
Debêntures (b)	**1.003.143**	**1.004.420**	**1.003.143**	**1.004.420**	562.094	562.094
Notas Promissórias - NP	**140.743**	**140.742**	**140.743**	**140.742**	220.771	220.771
Cédula do Produtor Rural - CPR	**123.228**	**117.842**	**123.228**	**117.842**	148.245	148.245
Títulos públicos emitidos em outros países	**765.989**	**759.366**	**765.989**	**759.366**	658.648	658.648
Letras Financeiras - LF	**129.831**	**130.528**	**129.831**	**130.528**	112.997	112.997
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**2.291.622**	**2.271.699**	**2.320.109**	**2.300.186**	1.850.811	1.891.107
Títulos mantidos até o vencimento						
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	**858.862**	**858.862**	**858.862**	**858.862**	574.788	574.788
Subtotal - Mantidos até o vencimento	**858.862**	**858.862**	**858.862**	**858.862**	574.788	574.788
Total	**4.577.662**	**4.535.649**	**4.752.170**	**4.710.134**	3.590.965	3.751.933

(a) Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado. Caso fossem avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31 de dezembro de 2015, ajuste negativo de R$ 15.547 (ajuste negativo de R$ 17.013 em 31 de dezembro de 2014).

(b) A administração decidiu reclassificar os títulos no montante de R$ 78.012 em 31 de dezembro de 2015 da categoria títulos para negociação para a categoria títulos disponíveis para venda em função das condições de liquidez desses ativos. Não houve quaisquer efeitos nos resultados.

(c) O valor de mercado é apresentado líquido da provisão para desvalorização dos títulos, no montante de R$ 37.929 em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam perda de R$ 19.923 (R$ 6.078 de perda em 2014), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” líquido do efeito tributário, no montante de R$ 10.958 (R$ 3.648 em 2014).

Notas Explicativas

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2015, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada como segue:

	Banco 2015						
	Até 1 Mês	**De 1 a 3 Meses**	**De 3 a 6 Meses**	**De 6 a 12 Meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	**-**	**-**	**-**	**-**	**229.327**	**764.125**	**993.452**
Eurobônus	**-**	**-**	**119.685**	**-**	**-**	**16.154**	**135.839**
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	**-**	**-**	**-**	**45.442**	**65.103**	**25.806**	**136.351**
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	**-**	**-**	**-**	**53.036**	**-**	**-**	**53.036**
Debêntures	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**86.410**	**86.410**
Subtotal - Títulos para negociação	**-**	**-**	**119.685**	**98.478**	**294.430**	**892.495**	**1.405.088**
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.367**	**6.715**	**23.082**
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**95.719**	**95.719**
Debêntures	**228.210**	**2.311**	**68.941**	**126.124**	**152.671**	**426.163**	**1.004.420**
Notas Promissórias - NP	**-**	**62.915**	**52.585**	**5.049**	**20.193**	**-**	**140.742**
Cédula do Produtor Rural - CPR	**-**	**-**	**1.175**	**-**	**88.242**	**28.425**	**117.842**
Títulos públicos emitidos em outros países	**-**	**-**	**-**	**759.366**	**-**	**-**	**759.366**
Letras Financeiras - LF	**-**	**-**	**-**	**130.528**	**-**	**-**	**130.528**
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	**228.210**	**65.226**	**122.701**	**1.021.067**	**277.473**	**557.022**	**2.271.699**
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	**319.923**	**-**	**-**	**-**	**313.862**	**225.077**	**858.862**
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	**319.923**	**-**	**-**	**-**	**313.862**	**225.077**	**858.862**
Total - 2015	**548.133**	**65.226**	**242.386**	**1.119.545**	**885.765**	**1.674.594**	**4.535.649**
Total - 2014	1.498	170.091	189.193	886.322	914.170	1.429.691	3.590.965

Notas Explicativas

	Consolidado						
	2015						
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	229.327	889.931	1.119.258
Eurobônus	-	-	119.685	-	-	16.154	135.839
Notas do Tesouro Nacional - NTN - B	-	-	-	45.442	65.103	25.806	136.351
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	63.132	-	10.096	73.228
Debêntures	-	-	-	-	-	86.410	86.410
Subtotal - Títulos para negociação	-	-	119.685	108.574	294.430	1.028.397	1.551.086
Títulos disponíveis para venda							
Eurobônus	-	-	-	-	16.367	6.715	23.082
Notas do Tesouro Nacional - NTN - A	-	-	-	-	-	95.719	95.719
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	-	10.154	18.333	-	-	28.487
Debêntures	228.210	2.311	68.941	126.124	152.671	426.163	1.004.420
Notas Promissórias - NP	-	62.915	52.585	5.049	20.193	-	140.742
Cédula do Produtor Rural - CPR	-	-	1.175	-	88.242	28.425	117.842
Títulos públicos emitidos em outros países	-	-	-	759.366	-	-	759.366
Letras Financeiras - LF	-	-	-	130.528	-	-	130.528
Subtotal - Títulos disponíveis para venda	228.210	65.226	132.855	1.039.400	277.473	557.022	2.300.186
Títulos mantidos até o vencimento							
Letras do Tesouro Nacional - LTN	319.923	-	-	-	313.862	225.077	858.862
Subtotal - Títulos mantidos até o vencimento	319.923	-	-	-	313.862	225.077	858.862
Total - 2015	548.133	65.226	252.540	1.147.974	885.765	1.810.496	4.710.134
Total - 2014	8.950	173.731	203.650	892.288	922.951	1.550.363	3.751.933

O Banco possui “Títulos vinculados à garantias” de suas operações que são demonstradas a seguir:

		2015	2014
Tipo de operação	Títulos vinculados	Valor de mercado	Valor de mercado
Derivativos - BM&FBOVESPA e CBLC	LTN / NTN / CDB	517.967	480.921
Câmbio - BM&FBOVESPA	LTN	86.502	109.816
Captações em Letras de Crédito do Agronegócio	Cédula do Produtor Rural	117.842	148.244
Total		722.311	738.981

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

Notas Explicativas

Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à administração.

A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica com nível de confiança de 99% e períodos de retenção de um dia para a carteira de negociação e vinte e um dias para a carteira de não negociação. Além dos controles de exposição e VaR, o Banco também realiza testes de análise de sensibilidade para avaliar os impactos das mudanças nas taxas de juros sobre o portfolio.

Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apreçamento.

- Futuros: cotações em Bolsas;
- Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado;
- *Swaps:* o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e
- Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco					
	2015				2014	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar / pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	**9.475.713**	**-**	**-**	**-**	8.237.406	-
Compromisso de compra	**4.871.803**	**-**	**-**	**-**	4.146.214	-
Mercado interfinanceiro	**4.063.324**	**-**	**-**	**-**	3.813.748	-
Moeda estrangeira	**808.479**	**-**	**-**	**-**	332.466	-
Compromisso de venda	**4.603.910**	**-**	**-**	**-**	4.091.192	-
Mercado interfinanceiro	**3.682.377**	**-**	**-**	**-**	3.176.923	-
Moeda estrangeira	**921.533**	**-**	**-**	**-**	914.269	-
Posição ativa	**7.081.888**	**640.317**	**643**	**640.960**	2.589.529	181.079
Contratos de "*Swap*"	**921.549**	**41.861**	**15.969**	**57.830**	585.691	31.756
Mercado interfinanceiro	**624.950**	**10.958**	**19.040**	**29.998**	378.089	11.137
Moeda estrangeira	**138.495**	**28.871**	**(4.089)**	**24.782**	111.013	17.267
Prefixado	**144.744**	**(312)**	**659**	**347**	63.530	401
Outros	**13.360**	**2.344**	**359**	**2.703**	33.059	2.951
Contratos de opções	**4.463.904**	**279.730**	**(15.193)**	**264.537**	73.944	2.129
Compromisso de compra	**2.249.305**	**239.159**	**(5.824)**	**233.335**	30.280	1.614
Moeda estrangeira	**1.800.605**	**237.046**	**(5.840)**	**231.206**	29.794	1.563
Outros ativos financeiros	**448.700**	**2.113**	**16**	**2.129**	486	51
Compromisso de venda	**2.214.599**	**40.571**	**(9.369)**	**31.202**	43.664	515
Moeda estrangeira	**1.862.500**	**39.575**	**(8.821)**	**30.754**	3.270	53
Outros ativos financeiros	**352.099**	**996**	**(548)**	**448**	40.394	462
Outros instrumentos financeiros	**1.696.435**	**318.726**	**(133)**	**318.593**	1.929.894	147.194
Moeda estrangeira	**908.335**	**296.352**	**(1.246)**	**295.106**	1.364.301	128.766
Outros ativos financeiros	**788.100**	**22.374**	**1.113**	**23.487**	565.593	18.428

	Banco					
	2015				2014	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	**7.765.682**	**(780.168)**	**(31.348)**	**(811.516)**	2.615.760	(235.607)
Contratos de "*Swap*"	**1.053.790**	**(137.238)**	**5.158**	**(132.080)**	868.560	(73.744)
Mercado interfinanceiro	**594.305**	**(15.535)**	**(10.306)**	**(25.841)**	47.582	(1.022)
Moeda estrangeira	**32.060**	**(119.208)**	**15.269**	**(103.939)**	724.271	(69.924)
Prefixado	**402.075**	**(44)**	**(94)**	**(138)**	56.358	(292)
Outros	**25.350**	**(2.451)**	**289**	**(2.162)**	40.349	(2.506)
Contratos de opções	**4.061.792**	**(169.554)**	**(48.374)**	**(217.928)**	206.370	(6.132)
Compromisso de compra	**1.927.116**	**(141.832)**	**(56.009)**	**(197.841)**	83.262	(5.617)
Moeda estrangeira	**1.905.105**	**(141.312)**	**(56.529)**	**(197.841)**	83.070	(5.566)
Outros ativos financeiros	**22.011**	**(520)**	**520**	**-**	192	(51)
Compromisso de venda	**2.134.676**	**(27.722)**	**7.635**	**(20.087)**	123.108	(515)
Moeda estrangeira	**1.813.250**	**(26.936)**	**7.223**	**(19.713)**	106.473	(52)
Outros ativos financeiros	**321.426**	**(786)**	**412**	**(374)**	16.635	(463)
Outros instrumentos financeiros	**2.650.100**	**(473.376)**	**11.868**	**(461.508)**	1.540.830	(155.731)
Moeda estrangeira	**1.736.490**	**(449.494)**	**9.842**	**(439.652)**	1.124.554	(134.404)
Outros ativos financeiros	**913.610**	**(23.882)**	**2.026**	**(21.856)**	416.276	(21.327)

	Consolidado					
	2015				2014	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Contratos de futuros	**9.500.728**	**-**	**-**	**-**	8.237.406	-
Compromisso de compra	**4.896.818**	**-**	**-**	**-**	4.146.214	-
Mercado interfinanceiro	**4.088.339**	**-**	**-**	**-**	3.813.748	-
Moeda estrangeira	**808.479**	**-**	**-**	**-**	332.466	-
Compromisso de venda	**4.603.910**	**-**	**-**	**-**	4.091.192	-
Mercado interfinanceiro	**3.682.377**	**-**	**-**	**-**	3.176.923	-
Moeda estrangeira	**921.533**	**-**	**-**	**-**	914.269	-
Posição ativa	**7.981.888**	**757.317**	**(1.404)**	**755.913**	2.589.529	181.079
Contratos de “*Swap*”	**921.549**	**41.861**	**15.969**	**57.830**	585.691	31.756
Mercado interfinanceiro	**624.950**	**10.958**	**19.040**	**29.998**	378.089	11.137
Moeda estrangeira	**138.495**	**28.871**	**(4.089)**	**24.782**	111.013	17.267
Prefixado	**144.744**	**(312)**	**659**	**347**	63.530	401
Outros	**13.360**	**2.344**	**359**	**2.703**	33.059	2.951
Contratos de opções	**5.363.904**	**396.730**	**(17.240)**	**379.490**	73.944	2.129
Compromisso de compra	**3.149.305**	**356.159**	**(7.871)**	**348.288**	30.280	1.614
Moeda estrangeira	**2.700.605**	**354.046**	**(7.887)**	**346.159**	29.794	1.563
Outros ativos financeiros	**448.700**	**2.113**	**16**	**2.129**	486	51
Compromisso de venda	**2.214.599**	**40.571**	**(9.369)**	**31.202**	43.664	515
Moeda estrangeira	**1.862.500**	**39.575**	**(8.821)**	**30.754**	3.270	53
Outros ativos financeiros	**352.099**	**996**	**(548)**	**448**	40.394	462
Outros instrumentos financeiros	**1.696.435**	**318.726**	**(133)**	**318.593**	1.929.894	147.194
Moeda estrangeira	**908.335**	**296.352**	**(1.246)**	**295.106**	1.364.301	128.766
Outros ativos financeiros	**788.100**	**22.374**	**1.113**	**23.487**	565.593	18.428

	Consolidado					
	2015				2014	
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago)	Ajuste ao valor de mercado	Valor de mercado	Valor referencial dos contratos	Valor de mercado
Posição passiva	**8.653.182**	**(906.668)**	**(29.809)**	**(936.477)**	2.615.760	(235.607)
Contratos de "*Swap*"	**1.053.790**	**(137.238)**	**5.158**	**(132.080)**	868.560	(73.744)
Mercado interfinanceiro	**594.305**	**(15.535)**	**(10.306)**	**(25.841)**	47.582	(1.022)
Moeda estrangeira	**32.060**	**(119.208)**	**15.269**	**(103.939)**	724.271	(69.924)
Prefixado	**402.075**	**(44)**	**(94)**	**(138)**	56.358	(292)
Outros	**25.350**	**(2.451)**	**289**	**(2.162)**	40.349	(2.506)
Contratos de opções	**4.949.292**	**(296.054)**	**(46.835)**	**(342.889)**	206.370	(6.132)
Compromisso de compra	**2.814.616**	**(268.332)**	**(54.470)**	**(322.802)**	83.262	(5.617)
Moeda estrangeira	**2.792.605**	**(267.812)**	**(54.990)**	**(322.802)**	83.070	(5.566)
Outros ativos financeiros	**22.011**	**(520)**	**520**	**-**	192	(51)
Compromisso de venda	**2.134.676**	**(27.722)**	**7.635**	**(20.087)**	123.108	(515)
Moeda estrangeira	**1.813.250**	**(26.936)**	**7.223**	**(19.713)**	106.473	(52)
Outros ativos financeiros	**321.426**	**(786)**	**412**	**(374)**	16.635	(463)
Outros instrumentos financeiros	**2.650.100**	**(473.376)**	**11.868**	**(461.508)**	1.540.830	(155.731)
Moeda estrangeira	**1.736.490**	**(449.494)**	**9.842**	**(439.652)**	1.124.554	(134.404)
Outros ativos financeiros	**913.610**	**(23.882)**	**2.026**	**(21.856)**	416.276	(21.327)

Notas Explicativas

Visando mitigar os riscos da operação de captação da dívida subordinada no valor de US$ 271,1 milhões (Nota 15.c) e obrigações por repasses do exterior no valor de US$ 140,0 milhões (Nota 14.b) a administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

		Banco e Consolidado		
		2015		
Derivativos usados como "*hedge*" de valor justo	**Valor referencial dos contratos (1)**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "*Hedge*"				
Contratos de "*Swap*"	**1.751.919**	**196.427**	**207.558**	**11.131**
Dívida Subordinada	**1.278.170**	**129.163**	**137.989**	**8.826**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	**812.514**	**131.253**	**149.280**	**18.027**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição passiva (2)	**465.656**	**(2.090)**	**(11.291)**	**(9.201)**
Obrigações por repasses no exterior	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa (2)	**473.749**	**67.264**	**69.569**	**2.305**
Objeto de "*Hedge*"	**1.625.494**	**(1.625.494)**	**(1.636.625)**	**(11.131)**
Dívida Subordinada (Nota 15.c)	**1.076.573**	**(1.076.573)**	**(1.085.399)**	**(8.826)**
Obrigações por repasses no exterior (Nota 14.b)	**548.921**	**(548.921)**	**(551.226)**	**(2.305)**

(3) De acordo com o previsto na documentação de *hedge accounting* foram Incluídos novos instrumentos financeiros derivativos acionados após "*reset*" do *hedge* cujo valor referencial dos contratos em 31 de dezembro de 2015 é de R$ 1.278.170, valores atualizados até a data do balanço.
(4) Valores atualizados até a data do balanço.

		Banco e consolidado		
		2014		
Derivativos usados como "hedge" de valor justo	**Valor referencial dos contratos**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste a mercado**
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "*Swap*"	647.456	267.429	360.613	93.184
Moeda estrangeira – Dólar (1)	647.456	267.429	360.613	93.184
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (Nota 15.c)	808.788	(808.788)	(715.604)	(93.184)
Moeda estrangeira – Dólar (1)	808.788	(808.788)	(715.604)	(93.184)

(2) Valores atualizados até a data do balanço.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (dívida subordinada e obrigações por repasses no exterior) e fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (swaps) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos por vencimento, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, têm a seguinte composição:

	Banco							
	2015							2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	**3.793.998**	**1.556.116**	**934.081**	**1.524.818**	**1.108.046**	**558.654**	**9.475.713**	8.237.406
Contratos de opção	**426.400**	**200**	**7.443.547**	**643.549**	**12.000**	**-**	**8.525.696**	280.314
Contratos de "*Swap*"	**146.064**	**356.929**	**385.400**	**435.269**	**927.922**	**1.475.674**	**3.727.258**	2.101.707
Outros instrumentos financeiros	**914.910**	**1.111.996**	**923.245**	**956.683**	**439.701**	**-**	**4.346.535**	3.470.724
Total - 2015	**5.281.372**	**3.025.241**	**9.686.273**	**3.560.319**	**2.487.669**	**2.034.328**	**26.075.202**	-
Total - 2014	2.819.073	2.237.842	1.986.701	2.322.212	3.786.834	937.489	-	14.090.151
Posição ativa								
Contratos de opção	**21**	**9**	**264.413**	**94**	**-**	**-**	**264.537**	2.129
Contratos de "*Swap*"	**1.029**	**18.601**	**3.648**	**9.724**	**89.563**	**154.114**	**276.679**	392.369
Outros instrumentos financeiros	**202.280**	**65.064**	**21.502**	**20.419**	**9.328**	**-**	**318.593**	147.194
Total - 2015	**203.330**	**83.674**	**289.563**	**30.237**	**98.891**	**154.114**	**859.809**	-
Total - 2014	17.287	65.398	39.335	26.943	28.335	364.394	-	541.692
Posição passiva								
Contratos de opção	**(8.464)**	**(21)**	**(204.513)**	**(71)**	**(4.859)**	**-**	**(217.928)**	(6.132)
Contratos de "*Swap*"	**(6.521)**	**(26.162)**	**(30.917)**	**(34.808)**	**(33.550)**	**(11.413)**	**(143.371)**	(73.744)
Outros instrumentos financeiros	**(223.639)**	**(130.239)**	**(33.934)**	**(53.473)**	**(20.223)**	**-**	**(461.508)**	(155.731)
Total - 2015	**(238.624)**	**(156.422)**	**(269.364)**	**(88.352)**	**(58.632)**	**(11.413)**	**(822.807)**	-
Total - 2014	(20.832)	(72.754)	(70.272)	(43.018)	(28.317)	(414)	-	(235.607)

	Consolidado							
	2015							2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Compensação								
Contratos de futuros	**3.793.998**	**1.581.131**	**934.081**	**1.524.818**	**1.108.046**	**558.654**	**9.500.728**	8.237.406
Contratos de opção	**426.400**	**200**	**9.231.047**	**643.549**	**12.000**	**-**	**10.313.196**	280.314
Contratos de "*Swap*"	**146.064**	**356.929**	**385.400**	**435.269**	**927.922**	**1.475.674**	**3.727.258**	2.101.707
Outros instrumentos financeiros	**914.910**	**1.111.996**	**923.245**	**956.683**	**439.701**	**-**	**4.346.535**	3.470.724
Total - 2015	**5.281.372**	**3.050.256**	**11.473.773**	**3.560.319**	**2.487.669**	**2.034.328**	**27.887.717**	-
Total - 2014	2.819.073	2.237.842	1.986.701	2.322.212	3.786.834	937.489	-	14.090.151
Posição ativa								
Contratos de opção	**21**	**9**	**379.366**	**94**	**-**	**-**	**379.490**	2.129
Contratos de "*Swap*"	**1.029**	**18.601**	**3.648**	**9.724**	**89.563**	**154.114**	**276.679**	392.369
Outros instrumentos financeiros	**202.280**	**65.064**	**21.502**	**20.419**	**9.328**	**-**	**318.593**	147.194
Total - 2015	**203.330**	**83.674**	**404.516**	**30.237**	**98.891**	**154.114**	**974.762**	-
Total - 2014	17.287	65.398	39.335	26.943	28.335	364.394	-	541.692
Posição passiva								
Contratos de opção	**(8.464)**	**(21)**	**(329.474)**	**(71)**	**(4.859)**	**-**	**(342.889)**	(6.132)
Contratos de "*Swap*"	**(6.521)**	**(26.162)**	**(30.917)**	**(34.808)**	**(33.550)**	**(11.413)**	**(143.371)**	(73.744)
Outros instrumentos financeiros	**(223.639)**	**(130.239)**	**(33.934)**	**(53.473)**	**(20.223)**	**-**	**(461.508)**	(155.731)
Total - 2015	**(238.624)**	**(156.422)**	**(394.325)**	**(88.352)**	**(58.632)**	**(11.413)**	**(947.768)**	-
Total - 2014	(20.832)	(72.754)	(70.272)	(43.018)	(28.317)	(414)	-	(235.607)

Notas Explicativas

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim compostos:

	Banco			
	2015			2014
	Receita	Despesa	Líquido	Líquido
Swaps	**2.281.804**	**(2.071.198)**	**210.606**	88.313
Futuros	**8.674.116**	**(7.569.565)**	**1.104.551**	98.850
Opções	**233.359**	**(213.988)**	**19.371**	(695)
Compra / Venda de moeda a termo (NDF)	**916.751**	**(1.101.563)**	**(184.812)**	6.203
Total	**12.106.030**	**(10.956.314)**	**1.149.716**	192.671

	Consolidado			
	2015			2014
	Receita	Despesa	Líquido	Líquido
Swaps	**2.281.804**	**(2.071.198)**	**210.606**	88.313
Futuros	**8.694.271**	**(7.588.711)**	**1.105.560**	98.850
Opções	**269.062**	**(250.285)**	**18.777**	(695)
Compra / Venda de moeda a termo (NDF)	**916.751**	**(1.101.563)**	**(184.812)**	6.203
Total	**12.161.888**	**(11.011.757)**	**1.150.131**	192.671

Análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros

Em atendimento aos dispositivos da Instrução CVM nº 475/08, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxa de Juros			
Exposição liquida de Juros Pré - fixados (Pjur1)	**2.789**	**27.286**	**57.544**
Exposição liquida de Cupons de moeda (Pjur2)	**46.299**	**46.462**	**46.619**
Exposição liquida de Cupons de índices (Pjur3)	**21.199**	**24.237**	**26.835**
Total da exposição a taxas de Juros (Nota 26)	**70.287**	**97.985**	**130.998**
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição comprada a taxas de Câmbio	**1.790**	**4.473**	**8.946**

Notas Explicativas

i) *Taxas de juros:*

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.464/07 e Circular nº 3.354/07, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Instrução CVM nº 475/08, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição à taxas de juros em 31 de dezembro de 2015 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

ii) *Taxas de câmbio:*

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução nº 3.490/07 e Circular nº 3.568/11. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Instrução CVM nº 475/08, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 31 de dezembro de 2015.

iii) *Carteira de Não Negociação (Banking Book):*

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Circular nº 3.365/07, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos. Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 31 de dezembro de 2015 demonstravam uma exposição de R$ 64.960, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

Notas Explicativas

6. Relações interfinanceiras

A composição do saldo da rubrica relações interfinanceiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim demonstrada:

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
Compulsório - Depósito à vista	**126**	1.280
Repasses interfinanceiros	**-**	49.770
Outros	**84**	-
Total	**210**	51.050

7. Carteira de crédito, garantias prestadas e responsabilidades

Os saldos das operações de crédito, outros créditos e garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado							
	2015							
	Setor privado							2014
	Intermediários Financeiros	Indústria	Comércio	Serviços	Pessoas Físicas	Setor Público	Total	Total
Operações de crédito								
Empréstimos	**190.397**	**1.142.215**	**672.831**	**2.959.322**	**63.070**	**99.142**	**5.126.977**	5.188.733
Financiamentos - BNDES / FINAME	**-**	**413.095**	**102.796**	**662.952**	**10.056**	**-**	**1.188.899**	1.514.699
Financiamentos à exportação	**-**	**784.350**	**81.187**	**666.263**	**213.729**	**-**	**1.745.529**	1.411.369
Repasses de captação externa	**-**	**-**	**1.713**	**93.766**	**-**	**-**	**95.479**	69.804
Títulos descontados	**-**	**9.786**	**2.383**	**8.196**	**-**	**-**	**20.365**	-
Financiamentos em moeda estrangeira	**5.303**	**636.582**	**279.388**	**446.104**	**-**	**-**	**1.367.377**	1.164.917
Conta garantida	**9.093**	**48.882**	**37.226**	**91.715**	**5.984**	**-**	**192.900**	207.606
Aquisição de direitos creditórios	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	9.914
Financiamentos rurais e agroindustriais	**-**	**131.157**	**251.867**	**623.970**	**14.877**	**-**	**1.021.871**	724.484
Financiamentos imobiliários	**-**	**-**	**-**	**109.409**	**-**	**-**	**109.409**	65.043
Operações de crédito cedidas	**-**	**-**	**-**	**5.352**	**-**	**-**	**5.352**	35.413
Subtotal - Operações de crédito	**204.793**	**3.166.067**	**1.429.391**	**5.667.049**	**307.716**	**99.142**	**10.874.158**	10.391.982
Outros créditos								
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (a)	**-**	**80.520**	**55.694**	**67.519**	**-**	**-**	**203.733**	461.036
Títulos e créditos a receber	**-**	**78.427**	**123.024**	**129.584**	**5.643**	**-**	**336.678**	422.453
Créditos vinculados a operações de cessão (b)	**5.989**	**579**	**14.056**	**23.887**	**-**	**-**	**44.511**	126.913
Créditos por Avais e Fianças Honradas	**-**	**18.523**	**4.117**	**1.106**	**-**	**-**	**23.746**	5.318
Financiamentos à importação (a)	**-**	**-**	**4.992**	**-**	**-**	**-**	**4.992**	-
Subtotal - Outros créditos	**5.989**	**178.049**	**201.883**	**222.096**	**5.643**	**-**	**613.660**	1.015.720
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	**210.782**	**3.344.116**	**1.631.274**	**5.889.145**	**313.359**	**99.142**	**11.487.818**	11.407.702
Garantias prestadas e responsabilidades								
Fianças prestadas a clientes (c)	**2.163.133**	**1.305.618**	**1.563.867**	**2.824.866**	**50.070**	**629.881**	**8.537.435**	7.935.709
Créditos abertos para importação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	4.615
Subtotal - Garantias prestadas e responsabilidades	**2.163.133**	**1.305.618**	**1.563.867**	**2.824.866**	**50.070**	**629.881**	**8.537.435**	7.940.324
Total - 2015	**2.373.915**	**4.649.734**	**3.195.141**	**8.714.011**	**363.429**	**729.023**	**20.025.253**	-
Total - 2014	2.378.294	4.608.093	3.329.740	8.218.573	361.008	452.318	-	19.348.026

(a) Saldo composto por adiantamento no valor de R$ 202.660 (R$ 450.522 em 2014), demonstrado como redutor de Outras Obrigações (Nota 15.a) acrescido de R$ 6.065 (R$ 10.514 em 2014) de rendas a receber de tais adiantamentos demonstrados em Outros créditos (Nota 9.a).

Notas Explicativas

(b) Saldo no valor de R$ 44.511 (R$ 126.913 em 2014) referente a créditos vinculados a operações adquiridas em cessão demonstradas em Outros créditos (Nota 9.c).

(c) As fianças prestadas a clientes estão sujeitas a encargos e contragarantias e contabilizadas em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo das provisões para garantias prestadas e responsabilidades é de R$ 16.634 (R$ 11.171 em 31 de dezembro de 2014) - Nota 24.e.

Os saldos das garantias prestadas e responsabilidades, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado			
	2015		2014	
Nível de risco	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	**6.559.541**	**-**	6.624.117	-
A	**1.240.542**	**6.202**	742.789	3.714
B	**652.762**	**6.528**	526.571	5.266
C	**78.288**	**2.349**	35.622	1.069
D	**1.679**	**168**	11.225	1.122
E	**4.623**	**1.387**	-	-
Total	**8.537.435**	**16.634**	7.940.324	11.171

Os saldos das operações de crédito, garantias prestadas e responsabilidades, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco e Consolidado							
	2015							
	A vencer							
	Até 1 Mês	De 1 a 3 Meses	De 3 a 6 Meses	De 6 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Operações de crédito	**709.883**	**1.455.292**	**1.669.142**	**2.548.740**	**3.586.055**	**806.451**	**98.595**	**10.874.158**
Outros créditos	**147.801**	**167.958**	**190.746**	**43.287**	**19.324**	**21.359**	**23.185**	**613.660**
Subtotal - Operações de crédito e outros créditos	**857.684**	**1.623.250**	**1.859.888**	**2.592.027**	**3.605.379**	**827.810**	**121.780**	**11.487.818**
Garantias prestadas e responsabilidades	**948.259**	**1.202.828**	**2.112.969**	**3.142.894**	**1.053.097**	**77.388**	**-**	**8.537.435**
Total - 2015	**1.805.943**	**2.826.078**	**3.972.857**	**5.734.921**	**4.658.476**	**905.198**	**121.780**	**20.025.253**
Total - 2014	1.692.187	3.030.554	3.441.267	5.542.904	4.754.669	799.888	86.557	19.348.026

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08 e Resolução nº 3.895/10, as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões ocorreram conforme descritos abaixo:

(i) Com transferência substancial de riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no Banco e Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios no montante de R$ 43.020 (R$ 17.011 em 2014), o efeito dessas operações no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi positivo de R$ 2.773 (resultado negativo de R$ 315 em 2014).

Notas Explicativas

(ii) Com retenção substancial de riscos e benefícios

Em 31 de dezembro de 2015, no Banco e Consolidado, foram realizadas operações de cessão de créditos com coobrigação. O saldo referente ao ativo financeiro objeto da venda ou transferência é de R$ 5.352 (R$ 35.413 em 2014) e o saldo do passivo da obrigação assumida é de R$ 5.367 (R$ 36.254 em 2014), registrado na rubrica - Outras obrigações - Diversas (Nota 15.e).

As receitas do ativo financeiro objeto de venda ou transferência totalizaram R$ 4.111 (R$ 1.070 em 2014) e as despesas de obrigações por operações vinculadas a cessão totalizaram R$ 3.304 (R$ 826 em 2014).

A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	Banco e Consolidado			
	2015		2014	
	Saldo	% sobre a carteira (1)	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	**532.118**	**2,66**	458.316	2,37
10 maiores devedores	**3.623.374**	**18,09**	3.684.385	19,04
20 maiores devedores	**5.357.175**	**26,75**	5.570.497	28,79

(1) total da carteira incluindo garantias prestadas e responsabilidades.

8. Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos

A carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim distribuídos:

		Banco e Consolidado			
		2015			
		Total das operações			Provisão
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	**404.222**	**-**	**404.222**	**-**
A	0,5%	**4.154.571**	**-**	**4.154.571**	**20.773**
B	1,0%	**5.045.791**	**1.492**	**5.047.283**	**50.473**
C	3,0%	**1.357.638**	**8.457**	**1.366.095**	**40.983**
D	10,0%	**176.674**	**2.225**	**178.899**	**23.078**
E	30,0%	**182.494**	**27.026**	**209.520**	**62.856**
F	50,0%	**13.806**	**19.142**	**32.948**	**16.474**
G	70,0%	**21.109**	**45.803**	**66.912**	**46.838**
H	100,0%	**9.733**	**17.635**	**27.368**	**27.368**
Provisão adicional (*)		**-**	**-**	**-**	**50.000**
Total		**11.366.038**	**121.780**	**11.487.818**	**338.843**

(*) Refere-se a provisão adicional ao mínimo exigido na Resolução nº 2.682/99, considerando o cenário econômico a as incertezas a ele associadas.

Notas Explicativas

		Banco e Consolidado			
		2014			
		Total das operações			Provisão
Nível de risco	Nível mínimo de provisionamento	Curso normal	Atraso	Total	Res. 2.682/99
AA	-	528.330	-	528.330	-
A	0,5%	3.880.584	-	3.880.584	19.403
B	1,0%	5.314.663	5.814	5.320.477	53.205
C	3,0%	1.279.544	1.045	1.280.589	38.418
D	10,0%	255.037	3.879	258.916	25.891
E	30,0%	32.917	794	33.711	10.113
F	50,0%	11.171	2.158	13.329	6.665
G	70,0%	3.368	54.355	57.723	40.406
H	100,0%	15.531	18.512	34.043	34.043
Total		11.321.145	86.557	11.407.702	228.144

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Banco e Consolidado			
	2015			2014
	Operações de crédito	Outros créditos	Total	Total
Saldos no início do exercício	**202.084**	**26.060**	**228.144**	199.747
Constituição / Reversão	**151.220**	**17.373**	**168.593**	94.800
Provisão adicional	**-**	**50.000**	**50.000**	-
Variação cambial de saldo	**21.157**	**-**	**21.157**	5.511
Classificados como resultados de exercícios futuros	**-**	**997**	**997**	1.837
Créditos compensados como prejuízo	**(122.725)**	**(7.323)**	**(130.048)**	(73.751)
Saldos no final do exercício	**251.736**	**87.107**	**338.843**	228.144

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de créditos renegociados é de R$ 496.337 (R$ 286.638 em 2014), sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 306.798 (R$ 85.910 em 2014).

O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 5.325 (R$ 13.315 em 2014).

Notas Explicativas

9. Outros créditos

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

	Banco e Consolidado	
	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar - CCL	**327.063**	620.392
Provisão sobre variação cambial de CCL	**(1.118)**	(1.011)
Direitos sobre vendas de câmbio	**369.003**	936.634
Adiantamentos recebidos	**(6.795)**	(855)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC)	**6.065**	10.514
Total	**694.218**	1.565.674

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

	Banco		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Créditos tributários (Nota 20)	**453.666**	166.627	**453.904**	166.655
Devedores por depósitos em garantia	**110.000**	112.974	**110.000**	112.974
Impostos e contribuições a compensar	**47.629**	47.881	**51.054**	50.600
Títulos e créditos a receber	**337.715**	423.248	**337.715**	423.248
Créditos vinculados a operações de cessão (1)	**44.511**	126.913	**44.511**	126.913
Outros	**1.931**	2.360	**1.934**	2.358
Total	**995.452**	880.003	**999.118**	882.748

(1) De acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2012 as operações de créditos cedidas com coobrigação passam a ser demonstradas em contas específicas dentro da rubrica outros créditos.

10. Investimentos

	ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	ABC BRASIL Administração e Participações Ltda.	2015	2014
			Total	Total
Capital social	**50.002**	**55.632**		
Patrimônio líquido	**84.946**	**85.625**		
Resultado do exercício	**5.960**	**6.852**		
Nº. de ações ordinárias possuídas	**24.980.054**	**-**		
Nº. de ações preferenciais possuídas	**24.980.055**	**-**		
Nº. de cotas possuídas	**-**	**55.631.814**		
% de participação	**100,00**	**99,99**		
Valor contábil	**84.946**	**85.625**	**170.571**	157.759
Equivalência patrimonial	**5.960**	**6.852**	**12.812**	11.066

Notas Explicativas

11. Imobilizado, diferido e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Conforme Resolução nº 3.617/08 do Banco Central do Brasil, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por benfeitorias em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

12. Depósitos

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco							Consolidado	
	2015						2014	2015	2014
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total	Total	Total
Depósitos à vista	**70.312**	**-**	**-**	**-**	**-**	**70.312**	83.219	**69.277**	82.780
Depósitos interfinanceiros	**-**	**68.643**	**249.962**	**595**	**-**	**319.200**	452.079	**319.200**	452.079
Depósitos a prazo	**-**	**1.756.699**	**2.152.673**	**294.178**	**2.169**	**4.205.719**	4.259.536	**4.205.719**	4.259.536
Total – 2015	**70.312**	**1.825.342**	**2.402.635**	**294.773**	**2.169**	**4.595.231**	-	**4.594.196**	-
Total - 2014	83.219	1.595.973	2.551.948	558.972	4.722	-	4.794.834	-	4.794.395

13. Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2015					2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	**432.527**	**447.756**	**130.160**	**-**	**1.010.443**	632.126
Letras de crédito do agronegócio	**387.236**	**874.695**	**303.411**	**1.497**	**1.566.839**	1.535.017
Letras financeiras	**103.930**	**1.030.729**	**1.191.453**	**14.300**	**2.340.412**	2.906.857
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior (1)	**138.218**	**-**	**-**	**-**	**138.218**	217.121
Captações por certificados de operações estruturadas	**100**	**1.180**	**-**	**-**	**1.280**	400
Total - 2015	**1.062.011**	**2.354.360**	**1.625.024**	**15.797**	**5.057.192**	-
Total - 2014	1.316.368	2.302.727	1.632.254	40.172	-	5.291.521

(3) Em 22 de março de 2013, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão de notas seniores no valor de R$ 250 milhões de reais com vencimento em março de 2016 e juros anuais de 8,50%, pagos semestralmente.

Notas Explicativas

14. Obrigações por empréstimos e repasses

a) As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

	Banco e Consolidado					
	2015					2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Obrigações por empréstimos:						
No exterior	**1.555.646**	**2.032.870**	**783.027**	**-**	**4.371.543**	2.733.065
Obrigações por repasses - do País:						
BNDES	**130.427**	**458.455**	**335.525**	**246.278**	**1.170.685**	1.024.694
FINAME	**74.228**	**197.142**	**344.719**	**270.090**	**886.179**	1.113.285
Outras instituições	**32.989**	**92.171**	**16.399**	**1.551**	**143.110**	91.888
Obrigações por repasses - do Exterior	**235.767**	**431.861**	**508.435**	**196.627**	**1.372.690**	346.250
Total - 2015	**2.029.057**	**3.212.499**	**1.988.105**	**714.546**	**7.944.207**	-
Total - 2014	876.300	2.904.833	993.562	534.487	-	5.309.182

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira.

Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto à órgãos multilaterais (IFC - International Finance Corporation, IDB - Inter-American Development Bank, IIC - Inter-American Investment Corporation e PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

Notas Explicativas

b) A composição do saldo das obrigações por repasses do exterior em 31 de dezembro de 2015 é assim demonstrada:

	Banco e Consolidado
	2015
Obrigações por repasses do exterior	
Objeto de "Hedge accounting"	
Valor do principal (US$ 100 milhões)	**390.420**
Valor do principal (US$ 40 milhões)	**156.168**
Juros provisionados	**2.333**
Subtotal	**548.921**
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Notas 2.II.d e 5.b	**2.305**
Total	**551.226**
Outras obrigações por repasses do exterior	**821.464**
Total	**1.372.690**

As captações de obrigações por repasses no exterior objeto de *hedge accounting*, nos valores de US$ 100 milhões com vencimento em novembro de 2018, possui juros de 2,9% pagos anualmente e US$ 40 milhões com vencimento em novembro de 2022, possui juros de 4,6% pagos semestralmente.

15. Outras obrigações

a) Carteira de câmbio:

	Banco e Consolidado	
	2015	2014
Câmbio vendido a liquidar	**492.541**	977.338
Obrigações por compra de câmbio	**289.572**	558.868
Adiantamentos de contratos de câmbio (ACC)	**(202.660)**	(450.522)
Total	**579.453**	1.085.684

b) Obrigações fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para imposto de renda e contribuição sobre o lucro	**24.005**	36.677	**31.859**	42.973
Impostos e contribuições a recolher	**61.627**	47.087	**61.756**	47.143
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 20)	**160.490**	74.114	**160.490**	74.114
Provisão para outros impostos e contribuições diferidos	**-**	1.711	**-**	1.711
Provisão para riscos cíveis, fiscais e obrigações legais	**75.699**	49.313	**75.699**	49.313
Total	**321.821**	208.902	**329.804**	215.254

Notas Explicativas

c) Dívidas subordinadas:

A composição do saldo das dívidas subordinadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está assim composto:

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
iii) Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 251,2 milhões)	**1.092.554**	892.703
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 19,9 milhões)	**77.901**	-
Subtotal	**1.170.455**	892.703
iv) Outras dívidas subordinadas		
Letras Financeiras	**187.645**	78.572
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 79,8 milhões)	**329.625**	280.643
Subtotal	**517.270**	359.215
Total dívidas subordinadas	**1.687.725**	1.251.918

O saldo das dívidas subordinadas decorrentes de captações de notas subordinadas no exterior em 31 de dezembro 2015 e 2014 é assim composto:

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
Dívida subordinada objeto de "Hedge accounting"		
Notas subordinadas no Exterior		
Valor do principal (US$ 251,2 milhões)	**981.073**	796.860
Valor do principal (US$ 19,9 milhões)	**77.901**	-
Juros provisionados	**19.966**	14.293
Deságio	**(2.367)**	(2.365)
Subtotal	**1.076.573**	808.788
Despesa de captação diferida	**(3.991)**	(5.721)
Resultado do *hedge accounting* diferido (1)	**93.781**	1.180
Deságio	**(4.734)**	(4.728)
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 2.II.d e 5.b	**8.826**	93.184
Total	**1.170.455**	892.703

(1) Instrumentos financeiros acionados pelo "*reset"* amortizados pelo prazo remanescente da dívida subordinada.

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
Outras dívidas subordinadas		
Notas Subordinadas no Exterior (US$ 79,8 milhões)	**311.603**	265.620
Ágio	**12.921**	10.845
Despesa de captação diferida	**(476)**	(587)
Juros provisionados	**5.577**	4.765
Total	**329.625**	280.643

A captação de recursos no exterior, objeto de *hedge accounting*, no valor de US$ 300 milhões com vencimento em abril de 2020, possui juros anuais de 7,9% pagos semestralmente. Em 9 de outubro de 2012, foi integralizada a captação de recursos mediante a emissão suplementar de Notas Subordinadas no Exterior no valor de US$ 100 milhões, com mesmo vencimento e taxas de juros.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco realizou a recompra parcial das Notas Subordinadas emitidas em 08 de abril de 2010, e posteriormente em 09 de outubro de 2012, no montante de US$ 49.002. O valor total pago no âmbito da oferta para as notas aceitas para recompra é de US$ 43.858.

O ágio e deságio pagos na captação dos referidos recursos, bem como as despesas diretas, estão sendo diferidos pelo prazo da captação.

O saldo de R$ 187.645, referente a captações mediante a emissão de letras financeiras com cláusula de subordinação, possuem prazo de vencimento até junho de 2022 com taxas de juros de 8,3% a 9,3% + IPCA, de 2,7% a 3,0% + CDI e CDI de 119,0% a 126,0%.

Todas as captações em dívidas subordinadas estão autorizadas pelo Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.192/13 a comporem o nível II do Patrimônio de Referência do Banco - PR, exceto o valor do ágio na captação de outras dívidas subordinadas no valor de R$ 12.921.

d) Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

O saldo de R$ 24.429 classificados como instrumento de dívida elegível a capital, possuem prazo de vencimento até dezembro de 2022 com taxas de juros à CDI de 119,0% a 126,0% e aguardam autorização do Banco Central para passar a compor o nível II do Patrimônio de Referência - PR.

e) Outras obrigações diversas:

	Banco		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Obrigações por operações vinculadas às cessões	**5.367**	36.254	**5.367**	36.254
Provisão para pagamentos a efetuar	**65.369**	59.017	**65.435**	59.086
Credores diversos - País	**177**	63	**177**	63
Credores diversos - Exterior	**-**	1	**-**	1
Provisão para passivos contingentes (Nota 24)	**9.635**	6.107	**9.635**	6.107
Provisão para garantias prestadas e responsabilidades (Nota 24)	**16.634**	11.171	**16.634**	11.171
Valores a pagar	**29**	28	**-**	-
Total	**97.211**	112.641	**97.248**	112.682

Notas Explicativas

16. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim compostas:

	Banco e Consolidado	
	2015	**2014**
Rendas de garantias prestadas	**150.537**	130.868
Rendas de tarifas com operações de crédito	**8.167**	7.669
Rendas de cobranças	**10.375**	11.241
Rendas de tarifas bancárias	**8.037**	6.410
Rendas de comissões e colocação de títulos	**21.250**	20.277
Rendas de outros serviços	**720**	573
Total	**199.086**	177.038

17. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Serviços de terceiros	**6.709**	5.737	**6.358**	5.396
Serviços do sistema financeiro	**14.413**	13.750	**14.609**	13.763
Aluguéis	**8.732**	10.176	**8.732**	10.176
Serviços técnicos especializados	**14.774**	11.361	**14.862**	11.434
Processamento de dados	**10.153**	9.576	**10.153**	9.576
Comunicações	**3.351**	2.850	**3.393**	2.894
Despesas de viagem	**6.356**	5.346	**6.356**	5.346
Depreciações e amortizações	**8.604**	6.210	**8.604**	6.210
Promoções e relações públicas	**1.190**	2.392	**1.190**	2.392
Publicações	**128**	212	**213**	239
Contribuições filantrópicas	**93**	2.443	**93**	2.543
Transportes	**2.150**	2.213	**2.150**	2.213
Manutenção e conservação de bens	**2.731**	1.438	**2.731**	1.438
Água, energia e gás	**640**	432	**640**	432
Materiais	**432**	418	**432**	418
Seguros	**478**	518	**478**	518
Propaganda e publicidade	**2.337**	2.592	**2.337**	2.592
Condomínio	**2.508**	1.948	**2.508**	1.948
Emolumentos legais e cartorários	**1.607**	1.269	**1.607**	1.269
Outras	**6.157**	5.780	**6.254**	5.872
Total	**93.543**	86.661	**93.700**	86.669

Notas Explicativas

18. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Juros e atualização monetária de ativos	**8.981**	7.700	**8.981**	7.700
Recuperação de encargos e despesas	**171**	554	**171**	559
Variação cambial	**326.939**	76.715	**326.939**	76.715
Outras	**3.184**	2.903	**3.184**	2.903
Total	**339.275**	87.872	**339.275**	87.877

19. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim compostas:

	Banco		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Constituição de provisões	**35.377**	16.386	**35.377**	16.338
Comissões vinculadas a operações	**470**	638	**470**	638
Descontos concedidos	**4.278**	4.111	**4.278**	4.111
Outras despesas	**1.255**	746	**1.255**	746
Total	**41.380**	21.881	**41.380**	21.833

Notas Explicativas

20. Imposto de renda e contribuição social

A natureza, a origem e a movimentação de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas nos exercícios são demonstradas a seguir:

	2014	Adições	Baixas	2015
Créditos tributários				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.450	**153.335**	**(88.359)**	**140.426**
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	47.318	**190.297**	**(15.121)**	**222.494**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	7.164	**12.467**	**(6.229)**	**13.402**
Outros	31.492	**37.374**	**(1.851)**	**67.015**
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	5.203	**8.250**	**(3.124)**	**10.329**
	166.627	**401.723**	**(114.684)**	**453.666**
Obrigações fiscais diferidas				
Diferenças temporárias:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(61.197)	**(143.453)**	**62.144**	**(142.506)**
Resultados não realizados em mercados de liquidação futura	(7.623)	**(12.670)**	**5.681**	**(14.612)**
Ajuste ao valor de mercado - Disponíveis para venda	(2.769)	**(1.355)**	**2.763**	**(1.361)**
Ajuste decorrente do Regime Transitório de Tributação – RTT (1)	(2.525)	**(314)**	**828**	**(2.011)**
	(74.114)	**(157.792)**	**71.416**	**(160.490)**
Saldo líquido	92.513	**243.931**	**(43.268)**	**293.176**

(1) vide nota 2.II.i) sobre práticas contábeis.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, além dos montantes apresentados no quadro anterior, ajuste ao valor de mercado disponível para venda no valor de R$ 238 em 31 de dezembro de 2015 (R$ 28 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo líquido dos créditos tributários e obrigações fiscais são demonstrados como segue:

	Banco		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Outros créditos - Diversos - Créditos tributários (Nota 9.c)	**453.666**	166.627	**453.904**	166.655
Outras obrigações - Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 15.b)	**(160.490)**	(74.114)	**(160.490)**	(74.114)
Total	**293.176**	92.513	**293.414**	92.541

Notas Explicativas

A realização dos créditos e das obrigações tributárias diferidas existentes em 31 de dezembro de 2015 considerando o histórico de rentabilidade e a estimativa de realização futura é demonstrada como segue:

	Banco			Consolidado
Exercício	**Ativo**	**Passivo**	**Líquido**	**Líquido**
2016	**254.751**	**(118.440)**	**136.311**	**136.539**
2017	**65.691**	**(7.454)**	**58.237**	**58.237**
2018	**12.804**	**(5.016)**	**7.788**	**7.788**
2019	**13.960**	**(2.561)**	**11.399**	**11.409**
2020	**77.228**	**(24.106)**	**53.122**	**53.122**
Acima de 5 anos	**29.232**	**(2.913)**	**26.319**	**26.319**
Total	**453.666**	**(160.490)**	**293.176**	**293.414**
Valor presente - Selic	**343.477**	**(128.114)**	**215.363**	**215.569**

A apuração da despesa com imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é demonstrada a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2015	**2014**	**2015**	**2014**
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	**164.138**	334.224	**171.780**	340.511
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	**68.905**	133.690	**76.598**	140.089
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	**194.129**	(4.310)	**194.340**	(4.302)
Efeito do aumento da alíquota da CSLL no crédito tributário	**(26.661)**	-	**(26.661)**	-
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	**(149.488)**	(48.445)	**(154.817)**	(52.834)
Resultados de participações societárias	**(5.329)**	(4.426)	**-**	-
Juros sobre o capital próprio	**(56.937)**	(39.155)	**(56.937)**	(39.155)
Outros valores	**(37.263)**	(18.087)	**(37.314)**	(18.236)
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	**(12.644)**	19.267	**(4.791)**	25.562
Impostos e contribuições diferidos				
Passivos fiscais constituídos no exercício	**156.437**	28.952	**156.437**	28.952
Passivos fiscais realizados no exercício	**(68.653)**	(10.138)	**(68.653)**	(10.138)
Créditos tributários constituídos no exercício	**(393.473)**	(108.457)	**(393.699)**	(108.484)
Créditos tributários realizados no exercício	**111.560**	93.953	**111.575**	93.972
Total dos impostos e contribuições diferidos	**(194.129)**	4.310	**(194.340)**	4.302
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	**(206.773)**	23.577	**(199.131)**	29.864

Notas Explicativas

21. Partes relacionadas

a) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

			2015		2014	
Operações / Partes relacionadas	**Grau de relação**	**Prazos até**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**	**Ativo / (Passivo)**	**Receitas / (Despesas) Exercício**
Depósitos à vista						
ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	S/ Vencto.	**(219)**	**-**	(170)	-
ABC BRASIL DTVM S.A.	Controlada	S/ Vencto.	**(816)**	**-**	(269)	-
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	S/ Vencto.	**(12)**	**-**	(73)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos						
Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda.	Ligada	29/01/2016	**(645)**	**-**	-	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	13/01/2016	**(1.901)**	**-**	(1.354)	(34)
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	18/04/2016	**(173.754)**	**(4.854)**	(295.139)	(3.941)
Administradores		Diversos	**(31.699)**	**(2.367)**	(29.641)	(1.912)
Obrigações por empréstimos						
Arab Banking Corporation (ABC)	Controlador	17/08/2017	**(420.179)**	**(687)**	(109.698)	(4.053)
Dividendos e juros sobre o capital						
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima	Acionista	11/02/2016	**(39.019)**	**-**	(59.667)	-
Outras obrigações – Prestação de serviços						
ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda.	Controlada	08/01/2016	**(29)**	**(354)**	(28)	(342)

b) Remuneração do pessoal chave da administração

No exercício de 2012, o Banco definiu um novo plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco ABC; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições-chave do Banco; e (iv) adaptar a política de remuneração à norma da Resolução nº 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

Notas Explicativas

A remuneração definida no plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

c) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e

d) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco, de forma "diferida" observando que o número de ações a serem atribuídas aos administradores será determinado através da divisão do valor correspondente à remuneração variável diferida, líquido do imposto de renda retido na fonte, pelo preço unitário das ações calculado pela média do preço de fechamento das ações preferenciais de emissão do Banco ABC Brasil, dos últimos 20 pregões do exercício.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é assim composta:

	2015	2014
Remuneração Fixa	**18.695**	16.711
Remuneração Variável	**27.153**	25.147
Total de benefícios de curto prazo	**45.848**	41.858
Remuneração baseada em ações	**29.513**	25.363
Total de benefícios de longo prazo	**29.513**	25.363
Total	**75.361**	67.221

Notas Explicativas

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a resolução sobre remuneração o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 21.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis para liquidação no final do período de carência conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

Distribuição	Período de carência	Dezembro de 2014	Novos	Ações entregues	Dezembro de 2015
1º	30/08/2012 - 30/08/2015	236.283	**-**	**(236.283)**	**-**
2º	08/02/2013 - 08/02/2015	227.253	**-**	**(227.253)**	**-**
2º	08/02/2013 - 08/02/2016	227.253	**-**	**-**	**227.253**
3º	30/08/2013 - 30/08/2015	272.635	**-**	**(272.635)**	**-**
3º	30/08/2013 - 30/08/2016	272.635	**-**	**-**	**272.635**
4º	28/11/2013 - 28/11/2015	10.610	**-**	**(10.610)**	**-**
4º	28/11/2013 - 28/11/2016	10.610	**-**	**-**	**10.610**
5º	25/02/2014 - 25/02/2015	281.988	**-**	**(281.988)**	**-**
5º	25/02/2014 - 25/02/2016	281.988	**-**	**-**	**281.988**
5º	25/02/2014 - 25/02/2017	281.988	**-**	**-**	**281.988**
6º	29/08/2014 - 29/08/2015	225.435	**-**	**(225.435)**	**-**
6º	29/08/2014 - 29/08/2016	225.435	**-**	**-**	**225.435**
6º	29/08/2014 - 29/08/2017	225.435	**-**	**-**	**225.435**
7º	26/02/2015 - 26/02/2016	-	**295.161**	**-**	**295.161**
7º	26/02/2015 - 26/02/2017	-	**295.161**	**-**	**295.161**
7º	26/02/2015 - 26/02/2018	-	**295.161**	**-**	**295.161**
8º	20/08/2015 - 20/08/2016	-	**311.546**	**-**	**311.546**
8º	20/08/2015 - 20/08/2017	-	**311.546**	**-**	**311.546**
8º	20/08/2015 - 20/08/2018	-	**311.546**	**-**	**311.546**
Total		2.779.548	**1.820.121**	**(1.254.204)**	**3.345.465**

Notas Explicativas

22. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados como segue:

	2015		2014	
	US$	**R$**	**US$**	**R$**
Ativos				
Disponibilidades	**4.790**	**18.703**	4.282	11.374
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**222.203**	**867.660**	232.505	617.580
TVM e instrumentos financeiros derivativos	**114.511**	**447.144**	56.926	151.207
Operações de crédito - Líquido	**681.032**	**2.659.294**	949.820	2.522.912
Outros créditos e valores e bens	**15.826**	**61.796**	5.524	14.672
Total	**1.038.362**	**4.054.597**	1.249.057	3.317.745
Passivos				
Depósitos à vista	**86**	**334**	100	266
Depósitos a prazo	**274.138**	**1.070.454**	667.333	1.772.570
Recursos de aceites	**35.397**	**138.218**	81.741	217.120
Obrigações por empréstimos no exterior	**1.068.070**	**4.170.602**	830.120	2.204.965
Instrumentos financeiros derivativos	**82.102**	**320.592**	26.606	70.671
Outras obrigações	**219**	**854**	349	926
Total	**1.460.012**	**5.701.054**	1.606.249	4.266.518

23. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.II.g) explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) *Contingências fiscais*

O Banco responde por ações e processos cujas perdas estão sendo considerados com prognósticos possíveis por nossos assessores cujo detalhamento é o seguinte:

Notas Explicativas

IRPJ e CSLL referente à não tributação de lucros acumulados de controlada estrangeira

Em 2001, o Banco ajuizou medida judicial visando assegurar o direito de não adicionar aos seus resultados, para efeitos de apuração do IRPJ e da CSLL, os lucros acumulados e não disponibilizados pela subsidiária ABC BRASIL Banking Ltd., quando da alienação da participação societária naquela empresa. Atualmente a decisão em 1ª e 2ª instância são favoráveis ao Banco. O valor total estimado da contingência corresponde a R$ 9.786.

Imposto sobre serviços ("ISS")

Trata-se de diversas medidas judiciais envolvendo Prefeituras Municipais e versa sobre recolhimentos de ISS, principalmente o incidente sobre rendas de garantias prestadas (aval e fiança), relativas às competências de 1994 a 2003 e de 2008 a 2011. Tais valores correspondem a R$ 5.906.

Encargos Previdenciários ("INSS")

O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 a 2012 no valor de R$ 167.860.

Compensações não homologadas

Pagamento da COFINS sem incidência de multa com base no artigo 63 da Lei nº 9.430/96. Aguardando julgamento das manifestações de inconformidade. O valor da exigência monta a R$ 3.232.

IRPJ/CSSL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSSL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. O valor da exigência monta a R$ 4.468.

IRPJ/CSSL - Dedutibilidade PLR Diretoria do período de 2010 à 2011

Trata-se de cobrança de IRPJ e CSSL, incidentes sobre dedutibilidade de PLR pagos a diretoria nos exercícios de 2010 a 2012. Aguardando julgamento da impugnação ao Auto de Infração. O valor da exigência monta a R$ 60.378.

Notas Explicativas

b) Obrigações legais

Existem ainda exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, cuja principal discussão é descrita a seguir:

ISS - Imposto sobre serviços

Mandado de segurança visando suspender a exigibilidade do ISS sobre atividades de prestação de avais e fianças relativo ao período de 2007 a 2015 no valor de R$ 43.964.

c) Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco era parte do polo passivo em 57 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R$ 9.635. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações.

d) Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, perfazendo um valor total de R$ 7.593, consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis.

e) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado				
	Fiscais e Obrigações legais	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Garantias prestadas e responsabilidades**	
No inicio do exercício	49.083	6.107	230	11.171	
Constituição	**26.321**	**4.115**	**65**	**5.463**	
Baixa	**-**	**(587)**	**-**	**-**	
No final do exercício	**75.404** (b)	**9.635** (a)	**295**	**16.634** (c)	

(a) vide Nota 24.c; (b) vide Nota 24.b;(c) vide Nota 7

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é representado por 164.891.422 ações nominativas (154.767.481 em 2014) escriturais e sem valor nominal, sendo 82.796.043 ações ordinárias (77.571.835 em 2014) e 82.095.379 ações preferenciais (77.195.646 em 2014).

Notas Explicativas

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

Data da deliberação	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
26/06/2015	**62.047**	**24.819**
28/12/2015	**73.971**	**32.118**
Total - 2015	**136.018**	**56.937**
27/06/2014	47.766	19.106
23/12/2014	50.122	20.049
Total - 2014	97.888	39.155

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Aumento de capital

Em 08 de abril de 2014, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R$ 37.065, correspondente a emissão de 3.810.370 novas ações, sendo 1.951.267 novas ações ordinárias e 1.859.103 novas ações preferenciais mediante a utilização dos juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro deliberado pelo Conselho de Administração em 26 de dezembro de 2013.

Em 25 de setembro de 2014, foi homologado pelo Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R$ 40.601, correspondente a emissão de 3.724.462 novas ações, sendo 1.922.922 novas ações ordinárias e 1.801.540 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro deliberado pelo Conselho de Administração em 03 de setembro de 2014.

Notas Explicativas

Em 23 de dezembro de 2014 foi deliberada proposta pelo Conselho de Administração do aumento de capital no valor de R$ 42.603, aprovado em 09 de março de 2015 pela Administração, correspondente à emissão de 4.159.432 novas ações, sendo 2.143.674 novas ações ordinárias e 2.015.758 novas ações preferenciais. Foi integralizado com a utilização dos juros sobre capital próprio e também em espécie. Em 08 de abril de 2015 o Banco Central do Brasil homologou o referido aumento de capital, conforme publicado no Diário Oficial da União em 13 de abril de 2015.

Em 20 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de lucros - Equalização de dividendos”, sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R$ 692.942, homologado pelo Banco Central do Brasil em 25 de junho de 2015.

Em 30 de julho de 2015, o Conselho de Administração aprovou proposta da diretoria para aumento de capital mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de Capital - Reserva de Atualização de Títulos Patrimoniais”, sem modificação do número de ações, no valor bruto total de R$ 268, homologado pelo Banco Central do Brasil em 01 de setembro de 2015.

Em 10 de setembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou o aumento de capital no valor de R$ 52.740, correspondente a emissão de 5.964.509 novas ações, sendo 3.080.534 novas ações ordinárias e 2.883.975 novas ações preferenciais mediante a utilização de juros sobre capital próprio ou integralização em dinheiro, homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de outubro de 2015.

Em 28 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de até R$ 62.875, mediante a emissão de novas ações, para subscrição privada (subscrição particular) com a utilização de crédito dos juros sobre capital próprio ora aprovados.

d) Destinação dos lucros

i) Reserva de lucros - Reserva legal

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2015 apresenta o montante de R$ 18.546 (R$ 15.532 em 2014).

ii) Reserva de lucros - Equalização de dividendos

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

Notas Explicativas

iii) Reserva de Lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

e) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 2.129.406 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R$ 53.322 equivalente à 5.127.842 ações preferenciais (R$ 45.168 equivalente a 4.252.640 em 2014). O custo médio por ação recomprada em tesouraria é de R$ 10,40.

Movimentação das ações em tesouraria:

	2015	2014
No início do exercício	**4.252.640**	3.318.318
Recompra	**2.129.406**	1.681.100
Ações entregues	**(1.254.204)**	(746.778)
No final do exercício	**5.127.842**	4.252.640

26. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2015 apurado com base no conglomerado prudencial é de 16,18% e seria de 16,06% com base no consolidado financeiro (14,39% em 2014). O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) pela nova forma de cálculo:

	2015	2014
Risco de crédito	**1.996.397**	2.078.537
Taxas de juros	**70.287**	46.968
Commodities	**17.843**	4.498
Risco operacional	**85.242**	84.230
Cambial	**17.891**	2.791
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	**2.187.660**	2.217.024
Patrimônio de Referência - PR	**3.217.732**	2.900.314
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**1.030.072**	683.290

Notas Explicativas

27. Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo. O Banco mitigou o montante de R$ 2.479 por acordo de compensação em 31 de dezembro de 2015 (R$ 12.177 em 31 de dezembro de 2014).

28. Conciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre BRGAAP e IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BRGAAP") e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

		2015	2014
Patrimônio líquido em BRGAAP		**2.509.659**	2.188.545
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	**89.464**	64.949
Obrigações legais (ISS)	(c)	**24.181**	21.411
Provisões sobre fianças		**8.434**	6.856
Outros ajustes		**2.235**	3.008
Patrimônio líquido em IFRS		**2.633.973**	2.284.769

		2015	2014
Lucro líquido em BRGAAP		**370.911**	310.647
Ajustes IFRS líquido dos impostos:			
Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes	(a)	**24.515**	8.799
Variação cambial sobre investimento no exterior	(b)	**(11.217)**	(3.838)
Obrigações legais (ISS)	(c)	**2.770**	5.915
Provisões sobre fianças		**1.578**	6.856
Lucro líquido em IFRS		**388.557**	328.379

d) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão.

Notas Explicativas

e) Variação cambial sobre investimento no exterior

Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

f) Obrigações legais (ISS)

Trata-se de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras aplicadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS foram aplicados em sua elaboração.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

Banco ABC Brasil S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo aquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 incluída na Nota 27, cuja apresentação é considerada como informação suplementar para fins das normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota 2.1, o Banco ABC Brasil S.A. elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo nenhuma modificação, datado de 03 de fevereiro de 2016.

São Paulo, 28 de março de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Relatório dos auditores independentes

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas do

Banco ABC Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e das demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC Brasil S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Renato Nantes

Contador CRC-1RJ115529/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Antonio Sanchez Junior

Bibiana Veronez

Carlos Alfredo de Melo

Christian Max Finardi Squassoni

Claudio Rodrigues Tibau

Dieter Klemz

Eduardo de Moraes Melchert Grell

Gustavo Henrique Tavares Silva Bellon

Hugo Botelho Bittencourt

João Carlos Benites Freneda

José Álvaro Corbet Guimarães

Leila Maria de Carvalho Rocha

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Luiz Carlos Daniel Cadó

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Gentile Rocha

Ricardo Penteado Camargo Ticoulat

Valeria Fernandes da Silva

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, as pessoas que ao final subscrevem, na qualidade de Diretores do Banco ABC Brasil S.A., companhia aberta listada no Nível 2 de Governança Corporativa (Código ABCB4), DECLARAM, através da presente, que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. quanto às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

Anis Chacur Neto

Diretor Presidente

Gustavo Arantes Lanhoso

Diretor Vice-Presidente

José Eduardo Cintra Laloni

Diretor Vice-Presidente

Renato Pasqualin Sobrinho

Diretor Vice-Presidente

Sérgio Lulia Jacob

Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Sérgio Ricardo Borejo

Diretor Vice-Presidente

Diretores

Alexandre Yoshiaki Sinzato

Antonio José Nicolini

Antonio Sanchez Junior

Bibiana Veronez

Carlos Alfredo de Melo

Christian Max Finardi Squassoni

Claudio Rodrigues Tibau

Dieter Klemz

Eduardo de Moraes Melchert Grell

Gustavo Henrique Tavares Silva Bellon

Hugo Botelho Bittencourt

João Carlos Benites Freneda

José Álvaro Corbet Guimarães

Leila Maria de Carvalho Rocha

Luiz Antonio de Assumpção Neto

Luiz Augusto Galvão Monteiro

Luiz Carlos Daniel Cadó

Paulo Corrêa de Moraes Junior

Paulo Romagnoli

Ricardo Gentile Rocha

Ricardo Penteado Camargo Ticoulat

Valeria Fernandes da Silva

Waldecir dos Santos Junior

Wandir Pereira Reis

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Apresentação dos saldos consolidados